

Luís Ângelo Vieira Fernandes

DIA-A-DIA COM O PASSADO
Cronologia da História de Lousada
para a valorização do Fundo Local da biblioteca
pública

Dissertação de Mestrado em Educação e Bibliotecas

Trabalho realizado sob a orientação da
Prof.^a Doutora Manuela Barreto Nunes



UNIVERSIDADE
PORTUCALENSE

Departamento de Educação e Património

Julho de 2011

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.^a Doutora Manuela Barreto Nunes, pela confiança e incentivo.

Aos grandes Amigos Frei Geraldo Coelho Dias, Dr. Manuel Nunes, Dr^a Isabel Ribeiro, Sr. Francisco Victor da Cunha Magalhães, Dr. Eduardo Teixeira Lopes, Dr. Morais Peixoto, Dr. Cristiano Cardoso, Dr^a Patrícia Almeida e Silva, D. Maria Antónia de Ataíde Pavão e Dr^a Adelaide Pacheco, pela prontidão e envergadura das suas colaborações, exprimindo a disponibilidade de muitos outros Amigos.

À minha mulher, Luísa, pela compreensão, carinho e solidariedade.

Aos meus pais e irmãos, na memória de uns e no apoio de outros.

TÍTULO

DIA-A-DIA COM O PASSADO - Cronologia da História de Lousada para a valorização do Fundo Local da biblioteca pública

RESUMO

O Fundo Local assume especial importância na promoção da matriz identitária de uma comunidade. Aliás, só cumprirá em plenitude a sua função quando reflectir e preservar a memória da comunidade, assegurando a sedimentação da sua história cultural.

No entanto, esse propósito apenas poderá ser alcançado através da organização dos Fundos Locais em serviços virtuais, numa partilha que acentua uma dimensão simultaneamente informativa, formativa e cultural, a fim de os cidadãos poderem usufruir das vantagens da integração numa cultura à escala global sem esbatimento das características que, culturalmente, os diferencia e individualiza.

A elaboração de uma cronologia sobre os acontecimentos que construíram a História do concelho de Lousada é um contributo importante não apenas para a valorização do Fundo Local da biblioteca pública, mas, igualmente, para o reforço da identidade cultural do concelho.

Palavras-chave:

Fundo Local, Lousada, História Local, Cronologia, Identidade.

TITLE

DAY BY DAY WITH THE PAST - Chronology of Lousada History for the valorization of the Public Library Local Fund

ABSTRACT

The Local Fund assumes a special importance in the promotion of the identity matrix of a community. As a matter of fact, its function will only be completely accomplished if it is able to reflect and preserve the memory of a community, ensuring the sedimentation of its cultural history.

However, this purpose will only be achieved through the organisation of the Local Funds in virtual services, in a sharing process which would emphasize

a simultaneously informative, formative and cultural dimension, in order to allow the citizens the access to the advantages of integrating a culture at a global scale without subduing the features that both distinguish and individualize them culturally.

The elaboration of a chronology about the events that formed the History of Lousada is an important contribution not only for the valorization of the Public Library Local Fund, but also to the strengthening of the cultural identity of the council.

Keywords:

Local Fund, Lousada, Local History, Chronology; Identity.

SUMÁRIO

Introdução	8
1ª Parte - Fundo Local e Identidade Local.....	15
Capítulo 1 - Bibliotecas e Fundo Local.....	16
Capítulo 2 - A identidade local.....	35
2ª Parte - Contexto histórico-geográfico	50
Capítulo 3 - Enquadramento histórico de Lousada.....	51
Capítulo 4 - Enquadramento histórico da Biblioteca Municipal de Lousada.....	68
Capítulo 5 - Destinatários	78
3ª Parte - Metodologia de investigação.....	83
Capítulo 6 - Paradigma metodológico.....	84
Perguntas de partida	84
Objectivos gerais e específicos	85
Métodos	85
Conclusão	97
Referências bibliográficas	103
Documentos impressos	103
Documentos electrónicos.....	110

ABREVIATURAS

art. artigo

cap. capítulo

cit. citado

coord. coordenação

dir. direcção

ed. edição

ha hectares

org. organização

p. página

pp. páginas

s /d sem data

s/n sem número

vol. volume

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Carta do Abade de Baçal (Arquivo da Casa de Rio de Moinhos).....	39
Figura 2- Mapa do distrito do Porto.	52
Figura 3- Mapa da NUT 3 Tâmega.	52
Figura 4 - Mapa administrativo do concelho de Lousada.	53
Figura 5 – Aqueduto de Nevogilde.	55
Figura 6 – Evolução demográfica do concelho de Lousada.....	56
Figura 7 – Mapa rodoviário da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega.	58
Figura 8 – Castro de S. Domingos, em Cristelos.	59
Figura 9 – Igreja românica de Meinedo.	60
Figura 10 – Torre de Vilar.	62
Figura 11 – Pelourinho, na Vila.	63
Figura 12 – Casa da Lama, em Lodares.	64
Figura 13 – Manobras de comboios na vila de Lousada.	65
Figura 14 – Planta do Complexo Desportivo.	67
Figura 15 - Jornal “Repórter do Marão”, 12 Setembro 1986, p. 5.....	72
Figura 16 – Biblioteca Municipal de Lousada.	74
Figura 17 – Área de Fundo Local da Biblioteca Municipal de Lousada.	74
Figura 18 – Desdobrável com serviços da Biblioteca Municipal de Lousada.	76

INTRODUÇÃO

Você viaja para reconhecer o seu passado? – era, a esta altura, a pergunta do Khan, que também podia ser formulada da seguinte maneira: - Você viaja para reencontrar o seu futuro?

Italo Calvino¹

Com o presente trabalho, enquadrado no curso de Mestrado de Educação e Bibliotecas da Universidade Portucalense, pretendemos contribuir para uma investigação sobre os acontecimentos mais relevantes na História de uma comunidade, através do levantamento de efemérides ao longo de cada dia do ano.

Com efeito, mais concretamente, ambicionamos responder, essencialmente, a três questões investigativas. Desde logo, esclarecer o contributo de um estudo sobre as efemérides da história de uma comunidade para o conhecimento e valorização do Fundo Local da biblioteca pública. Por outro lado, como fomentar a promoção do Fundo Local da Biblioteca Municipal de Lousada a partir da divulgação da cronologia da História local. Finalmente, e, não menos significativo, descortinar o alcance social e cultural de uma experiência científico-pedagógica centrada na valorização de um Fundo Local.

Embora norteadoras e, mesmo, delineadoras de uma certa concepção teórica de projecto, as questões elencadas conduzem-nos para objectivos mais gerais e mobilizadores, centrados, sobretudo, no reforço da identidade cultural do concelho e da região, na conservação e difusão do património cultural concelhio, no fomento e consolidação do gosto pela leitura e na contribuição para o conjunto de estudos historiográficos sobre o concelho de Lousada.

Trata-se de uma abordagem que conquista especial pertinência, dado consistir numa investigação sobre as efemérides do concelho de Lousada. Apesar de já terem sido publicadas várias obras de pesquisa e divulgação das virtualidades do concelho, nomeadamente ao nível da Arqueologia, História e Património, ainda não existe qualquer estudo capaz de reunir as principais ocorrências que ajudaram a

¹ CALVINO, I. (2008). *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Teorema, p. 15

construir a História da comunidade, distribuídas cronologicamente ao longo do ano. Estamos, assim, perante uma “História de Lousada em Datas”, num dia-a-dia com o passado capaz de ser compreensível por toda a população, nomeadamente pela comunidade escolar, sem deixar de assegurar o rigor e a qualidade científica para os mais interessados e exigentes.

É um trabalho que nos suscitou um interesse empolgante, dado ter-nos permitido uma singular viagem ao passado, evocando e descobrindo figuras e factos que ajudaram a construir a história da nossa terra, um tema pelo qual sempre sentimos especial fascínio. A investigação, com a qual nos identificámos profundamente, num interesse efectivo e afectivo, permitiu encontrar inúmeras personalidades e realizações, fontes e bibliografia, colaborações e disponibilidades, sem as quais não teria sido possível a sua concretização – pelo menos na amplitude a que inicialmente nos propusemos – e que acabaram por ultrapassar as nossas melhores expectativas. Documentos até agora inacessíveis – como os do cartório do Mosteiro do Bustelo, de arquivos particulares, de cartórios paroquiais ou pesquisas ainda não publicitadas – podem agora passar para o domínio público, para benefício de toda a comunidade. Aliás – e cumprindo o que é expectável em qualquer modalidade de pesquisa –, a investigação realizada tornou-se relevante não apenas para nós próprios, mas, igualmente, para a população, que, assim, passa a beneficiária do trabalho empreendido. Na verdade, não cumprimos um simples exercício de diletantismo ou uma mera demonstração de erudição, mas procurámos interpretar uma necessidade colectiva, consciente ou inconsciente, uma vez que a pesquisa realizada se afirma como um serviço claro para a comunidade.

Aliás, e convém igualmente fazer sobressair este aspecto, consideramos o tema escolhido bastante significativo, não apenas enquanto recuperação de memória histórica e de preenchimento de uma lacuna na historiografia local, mas, igualmente, e não de menor relevância, pelas conexões sociais que estabelece e pelo contributo para a consolidação da identidade sociocultural do concelho.

Procurou-se, igualmente, tecer e interligar uma rede de pesquisas empreendidas por outros autores, conectando investigações já intentadas, corrigindo imperfeições e complementando com novos elementos. Daqui resulta, também, a originalidade do tema: não somente pela circunstância de não existir

qualquer trabalho do género, mas pelo valor adicional de como as fontes foram prospeccionadas, trabalhadas e interligadas, optando-se sempre – nomeadamente no que às edições impressas diga respeito – por fontes absolutamente confiáveis.

O trabalho enquadra-se, igualmente, num contexto de elevada oportunidade. Dispensaremos, para já, a argumentação acerca da representação que a História e o património local se afiguram numa comunidade – teorização que desenvolveremos mais à frente –, mas evocaremos, já aqui, alguns exemplos concretos de como a temática tem merecido especial enfoque no concelho de Lousada nos últimos tempos. Na verdade, de permanentes sondagens arqueológicas – com projectos significativos em perspectiva, nomeadamente Museu, Centro Interpretativo do Castro de S. Domingos e Centro Arqueoambiental da Serra de Campelos –, à recuperação de muitos elementos arquitectónicos – igrejas, capelas, cruzeiros, aquedutos, casas senhoriais, etc. –, de permanente edição de livros e publicações periódicas até à organização de congressos e seminários, passando por um constante esforço de promoção cultural e turística de todo este conjunto de realizações, associado a eventos de natureza desportiva, cultural e gastronómica, alinha-se uma sensibilidade política, económica, cultural e social para a relevância da História da localidade.

Por outro lado, e não menos representativa – bem pelo contrário –, surge cada vez mais enfática a Rota do Românico do Vale do Sousa, sedeadada em Lousada e explanada por toda a região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, num total de doze municípios. Ao incluir mosteiros, igrejas, capelas, torres senhoriais e monumentos funerários num projecto que, estendendo o culto do monumento isolado à valorização do seu contexto territorial, favoreceu também uma concepção do Património “como elemento constitutivo da identidade do território” (Costa, in Machado, 2008, Prefácio).

Os estabelecimentos de ensino também têm exprimido idêntica perspectiva em muitas das suas actividades, nomeadamente através de trabalhos de pesquisa – especialmente na disciplina de Área de Projecto –, publicações escolares, exposições, debates e realizações artísticas.

Mas, como também refere Barros (2010, p. 9), “se qualquer viagem traz consigo uma sensação de novidade e de confronto com o desconhecido, a viagem do conhecimento depara-se adicionalmente com a inédita realidade de que o caminho

da pesquisa deve ser construído a cada momento pelo próprio pesquisador". Na realidade, não havendo roteiros pré-definidos, confrontámo-nos com o desafio da permanente descoberta, instigando-nos a uma permanente interacção com o nosso objecto de estudo, reequacionando etapas, amadurecendo processos, analisando materiais, substituindo instrumentos de pesquisa, articulando e cruzando informações, enfim, reconhecendo o carácter provisório e inacabado do projecto.

Passemos, então a explicitar a sua estruturação, assente em três partes distintas.

A 1ª Parte, designada **Fundo Local e Identidade Local**, encontra-se desmembrada em dois capítulos. No 1º Capítulo enquadrámos teoricamente o projecto, com base em leituras de especialistas ligados à temática das bibliotecas públicas e, particularmente, à importância do Fundo Local na preservação da memória e na afirmação da matriz identitária de uma comunidade. Na verdade, o Fundo Local surge como relevante centro de informação acerca da vida local, compendiando toda a documentação referente a uma determinada localidade, desde o seu percurso histórico, económico e sociocultural até ao referencial informativo da actualidade. No 2º Capítulo a sustentação teórica toma em consideração referências bibliográficas ao nível da História, recorrendo a autores e a estudos que analisaram a importância do espaço local alçado à categoria central de análise. É efectuada uma reflexão acerca das razões que catapultaram o interesse pela História Local e enquadrada a importância da cronologia, tendo sempre como horizonte podermos compreender melhor a acção do homem e intentar elucidações para as problemáticas actuais e de características mais globais.

Na 2ª Parte, denominada **Contexto histórico-geográfico**, procedemos a uma caracterização do território de investigação – o concelho de Lousada –, sendo traçada uma perspectiva da sua evolução histórica, efectuada uma retrospectiva da criação da Biblioteca Municipal e operada uma caracterização dos serviços e funcionalidades actualmente nela disponíveis.

Finalmente, na 3ª Parte, designada **Metodologia da Investigação**, enunciamos algumas questões de investigação, definimos os objectivos e explicitamos os procedimentos metodológicos adoptados, assentes na revisão e investigação bibliográfica, pesquisa de fontes documentais, electrónicas, epigráficas e orais, e entrevistas livres. Através da análise documental e de conteúdo, efectuou-se um

apuramento crítico dos documentos, permitindo a separação dos dados em unidades relevantes e significativas, o estabelecimento de relações e a obtenção de conclusões. São, também, identificados os destinatários deste projecto, que poderão ir dos alunos dos diversos níveis de ensino até estudiosos e investigadores da História Local, utilizadores da Biblioteca Municipal, simples curiosos e população em geral.

A ilação principal, de resto vertida nas Conclusões, é o contributo determinante do Fundo Local de uma biblioteca pública para resgatar a história de uma comunidade, para a consolidação nos cidadãos da sua consciência histórica, sentido de pertença e de identidade, e um instrumento fundamental para a sua participação cívica e inclusão social, reiterando o papel da biblioteca como centro de formação e fonte de conhecimento.

A bibliografia foi organizada de acordo com as normas da APA. Da vasta bibliografia consultada, foram registadas cerca de uma centena de obras para sustentação do presente enquadramento teórico. As obras impressas representam 71% do total, constituindo os documentos electrónicos os 29% restantes. Procurámos recorrer a obras e textos marcados pela actualidade. Nesse propósito, podem ser encontradas 37 obras (cerca de 40% do total) publicadas na década de 2000, e 19 na década de 1990 (20%). Sendo impossível determinar a datação exacta de parte dos documentos electrónicos (cerca de 11% do total de documentos), mas que configuram grande contemporaneidade, estamos, assim, com cerca de 70% de referências bibliográficas de grande actualidade. Aliás, as 30% restantes afiguram-se, na sua esmagadora maioria, associadas a investigações históricas que se afirmam como de elevada referência investigativa, de que os trabalhos do Professor José Mattoso constituem exemplo elucidativo.

O autor mais frequentemente citado é Manuela Barreto Nunes, com 27 citações, por se tratar de uma especialista de elevada reputação, embora Maria Otília Pereira Lage, com 16, e Rino Pensato (em conjunto com Valerio Montani), com oito entradas, surjam, igualmente, bastante referenciados, devido à excelência das suas investigações.

Já no capítulo consagrado à Identidade Local, José Mattoso, com seis entradas, é o mais aludido, enquanto na caracterização do espaço territorial o nome de Manuel Nunes (em co-autoria com Luís Sousa e Carlos Gonçalves) é o mais apontado, com um total de oito citações, devido à envergadura científica dos trabalhos publicados sobre a História do concelho de Lousada.

Nos Anexos surge o produto final do trabalho de investigação: levantamento das efemérides cronologicamente datadas e distribuídas ao longo de cada dia do ano, sendo assinaladas cerca de 1060 entradas, com indicação pormenorizada das referências bibliográficas que as sustentaram, entre documentos impressos, manuscritos, policopiados, epigráficos, electrónicos, provenientes de cartórios paroquiais ou arquivos particulares e em resultado de informação oral.

As obras mais citadas foram “Carvalhos de Basto”, de Eugénio Andrea da Cunha Freitas e Antonino Fernandes, pelo seu notável contributo a nível de ligações genealógicas e esboços biográficos; “Jornal de Lousada”, enquanto fonte indispensável no registo de ocorrências significativas; “Lousada e as suas freguesias na Idade Média”, de Eduardo Teixeira Lopes, pela abundância de fontes documentais; “Século XX em Lousada: 100 factos e personalidades”, pela proeminência de figuras e acontecimentos que marcaram o século passado no concelho; “Lousada Antiga: das origens à 1ª República”, de Augusto Soares de Moura, a obra histórica de maior envergadura publicada sobre o concelho, e informações disponibilizadas por Frei Geraldo Coelho Dias, sobretudo no tocante a membros da ordem beneditina com ligações a Lousada.

As referências bibliográficas foram, no final, organizadas em função dos respectivos títulos, distribuídos alfabeticamente, seguidos do registo bibliográfico normal, respeitando as normas da APA. Esta opção baseou-se, por um lado, no facto de, à frente de cada efeméride, vir indicada a fonte documental, pelo que, através de organização alfabética, a sua consulta ficaria mais facilitada. Por outro lado, tratando-se de uma investigação dirigida também à população em geral, ficaria igualmente simplificada a informação tendo por base a menção às obras, como é mais habitual num utente clássico da biblioteca pública.

Finalmente, apresentamos uma proposta de Fundo Local por freguesia, aproveitando as referências bibliográficas utilizadas no desenvolvimento da nossa investigação.

Estamos convictos tratar-se de uma proposta de reputado interesse para a comunidade local, pois recupera e agrupa memórias até agora distribuídas por múltiplas fontes, por força da trajectória de vida da comunidade, ao mesmo tempo que constitui um importante contributo para a valorização do Fundo Local da biblioteca pública.

Não obstante todos os condicionalismos que rodearam a presente investigação, experimentamos o mesmo sentimento de Eduardo Lourenço (2004, pp. 9-10): “(...) *caí nela e não estou arrependido (...)*”².

² Lourenço, E. (2004). *Destroços, O Gibão de Mestre Gil e outros Ensaios*. Lisboa: Gradiva.

1ª PARTE - FUNDO LOCAL E IDENTIDADE LOCAL

Neste capítulo, procedemos à dissertação teórica, sustentada na análise e reflexão do estado da arte. Numa primeira parte, clarificamos o conceito de Fundo Local e comentamos a importância da existência de um fundo documental de características eminentemente locais para a compreensão e desenvolvimento de uma comunidade. Numa segunda parte, discutimos o conceito de História Local e o contributo desta para a consolidação da matriz identitária de uma comunidade.

Capítulo 1 - Bibliotecas e Fundo Local

A biblioteca pública deve afirmar-se, cada vez mais, como um espaço aprazível e como verdadeiro centro de recursos disponível para satisfazer os interesses, expectativas e anseios da comunidade, constituindo “a porta local de acesso ao conhecimento” (Manifesto IFLA/UNESCO, 1994). Além disso, é um veículo de integração social do indivíduo, através do

“estabelecimento de uma relação entre a criação e o público, com uma dupla finalidade: cultural – possibilitar o acesso de todas as camadas da população às fontes de conhecimento nas suas diversas formas – e social – contribuir para a afirmação do indivíduo na comunidade, conferindo-lhe a possibilidade de exercer plenamente o acto de escolher” (*A Leitura Pública em Portugal*, 1983, p. 11).

Esta vocação inclusiva da biblioteca pública encontra no Fundo Local “um instrumento privilegiado da missão que a compromete, com a contribuição para a integração do indivíduo na comunidade” (Nunes, 2001, p. 2). Além disso, surge como a instituição que “com mais perseverança assume o papel de recolectora dos fundos sobre a localidade e, sobretudo, de difusora da informação local” (Nunes, 2001, p. 2), pelo que, “todas as bibliotecas públicas são locais” (Sweeney, cit. por Nunes, 2010, p. 317).

“Em primeiro lugar, a Biblioteca Pública é um ponto de encontro cultural. Este é um dos aspectos que melhor definem a tradição das bibliotecas públicas nos países do sul da Europa, já que a formação das primeiras bibliotecas públicas no século XIX está intimamente ligada às incorporações dos bens das ordens religiosas e, em consequência, à conservação e difusão do património histórico e cultural. Nesse sentido, elas são, não apenas lugares privilegiados de contacto com as manifestações do génio criador humano e de conhecimento do mundo, mas também da promoção e conhecimento da memória e da identidade locais.” (Nunes, in Calixto, 2007, p. 34)

Um dos seus traços identificativos é, na verdade, a sua inserção no meio local, marcada através de uma “relação de proximidade com as comunidades locais e a

possibilidade de desenvolver serviços de acesso remoto realmente únicos no ambiente global” (Nunes, 2010, p. 318), ajudando a compreender o quotidiano das populações, os seus modos de vida, de pensamento e de representação, léxico, sensibilidades e aspirações. Aliás, qualquer biblioteca apenas cumprirá, em plenitude, a sua vocação se registar uma identificação com os seus públicos, com colecções adequadas às expectativas e interesses da sua comunidade. Ora, é cada vez mais perceptível o interesse em informações e em documentos respeitantes à história local, certamente na procura, consciente ou inconsciente, da tal identidade colectiva, seja por grupos de estudantes, por simples curiosos ou por interessados ocasionais.

Neste contexto se enquadra a importância do Fundo Local, aquilo que verdadeiramente diferencia e identifica as bibliotecas municipais, representando, até, para algumas delas, a marca fundadora, pedra angular e matriz identitária da localidade.

“(…) na medida em que se trata de colecções que compõem a memória local, permitem conhecer-lhe de modo mais preciso e próximo a história, a cultura, a língua, os costumes, favorecendo pois o sentimento de pertença das populações à comunidade local e/ou regional. Fundos à parte, mas também semelhantes a outros fundos especializados, estas colecções patrimoniais constituem por vezes o único elemento patrimonial das bibliotecas e arquivos a que conferem um dos traços mais marcantes da sua fisionomia, na medida em que representam a parte realmente viva do património que continua sempre em crescimento.” (Lage, 2002, p. 61)

O Fundo Local apresenta-se com uma dupla característica: se, por um lado, marca presença em muitas bibliotecas e arquivos, surge, também, com originalidade em cada um deles. Porém, sendo embora inegável a importância do seu valor patrimonial, nem sempre as colecções surgem com a afirmação, visibilidade e emancipação merecidas. Na verdade, a aquisição sistemática destes fundos nas bibliotecas é relativamente recente “e na generalidade dos casos, não se pratica ainda” (Lage, 2002, p. 61), enquanto as limitações financeiras ajudam a alimentar a fragilidade:

“a modéstia dos orçamentos parece circunscrevê-las em termos de aquisições regulares ao fundo local que, por vezes, sobretudo no que concerne aos seus conjuntos

bibliográficos mais recentes, é integrado nos fundos gerais das bibliotecas, só sendo individualizado como fundo local se o particularismo local é muito forte ou a sensibilidade do bibliotecário é mais atenta a este aspecto.” (Lage, 2002, p. 61)

Se, em tempos idos, as bibliotecas e arquivos públicos se nortearam por um princípio elitista, erudito e conservador, contrariando a concepção, hoje comumente aceite, da generalização da leitura pública, mais recentemente é notória a preocupação pelo livre acesso, numa abertura favorecida pelas profundas transformações sociais, pelo predomínio da informação, pelo enorme crescimento da produção documental e pelo surgimento de novos suportes (Lage, 2001, p. 61).

É importante, igualmente, salientar a progressiva disponibilização ao público de colecções de carácter privado, favorecendo nas populações locais um maior sentimento de identificação perante os materiais merecedores de conservação, estimulando à sua apreciação e fruição e suscitando novos interesses e desafios. De entre eles, que sejamos capazes de integrar conhecimentos, práticas e competências que nos permitam passar da ordem dos documentos à carta dos saberes (Lage, 2001, p. 11).

Mas de que falamos quando falamos em Fundo Local?

Ultrapassemos a questão metodológica sobre o que é local ou regional, sobre o que é fundo antigo ou recente, até porque, por vezes, são bastante ténues as linhas de fronteira das respectivas concepções. Para Henrique Barreto Nunes (Nunes, 1996, p. 129), trata-se da reunião de “todo o tipo de documentação e publicações referentes a uma determinada localidade”. Ou, mais concretamente, “é um conjunto organizado de espécies documentais, qualquer que seja o seu suporte (impressos e audiovisuais), produzidas por uma comunidade ou com ela relacionadas, que se referem aos mais variados aspectos da sua vida, história e actividades”. Esta definição encerra duas grandes conclusões. Por um lado, a importância do Fundo Local para o conhecimento da vida e práticas de uma comunidade, independentemente das formas e conteúdos com que se apresenta. Por outro, aceita um caleidoscópio de registos, que virão ajudar a conhecer e caracterizar as vivências, actividades e aspirações de um determinado meio social.

Mas um Fundo Local não se destina apenas para satisfazer propósitos investigativos, a ser um repositório de materiais respeitantes ao passado da

localidade, ou a assumir-se, simplesmente, como um museu de todas as coisas, “depósito morto de velharias, que ninguém consulta ou que ninguém sabe como utilizar” (Nunes, 1989, p. 18): ele desempenha um papel crucial enquanto centro de documentação e de informação acerca das diferentes áreas da vida quotidiana.

Com efeito, como acentua Cardoso (2010, p. 2),

“o Fundo Local responde a um largo espectro de questões, desde aquelas que se relacionam com o quotidiano, com as actividades tão prosaicas como a ida ao cinema, ou ao horário de funcionamento de uma farmácia, ou ao horário das missas na freguesia tal. Dedicada, igualmente, especial atenção às necessidades dos indivíduos, aquelas que têm a ver com a compreensão, no caso presente, da sua localidade e da sua comunidade nas mais variadas vertentes: histórica, geográfica, social.”

Aliás, “o utilizador do fundo local, tal como o utilizador da biblioteca pública, é potencialmente qualquer habitante da comunidade que pretenda satisfazer uma necessidade básica de informação (...) ou o cumprimento de um dever educativo (...), pesquisar com propósitos de investigação científica (...), recolher informações de âmbito profissional (...) ou satisfazer uma simples curiosidade (...)” (Nunes, 2001, p. 4). Como tal, o Fundo Local deve assegurar a recolha de todos os aspectos da história e da vida da comunidade, pois só esses documentos nos permitem “conhecer e pôr em confronto diversos pontos de vista sobre diferentes temas da vida local, que a imprensa trata muito fugazmente e rapidamente são esquecidos” (Nunes, 1989, p. 18). Todavia, como escreve Nichols (1979, p. 7), que reforça a importância dos estudos locais para a História nacional,

“(...) a literatura local e demais documentos impressos são um valioso contributo para a história geral bem como para outro tipo de estudos. Esta situação pode verificar-se de duas formas: primeiro, quando um autor, utilizando ficheiros de jornais locais, procura escrever a história da imprensa regional; e, em segundo lugar, quando um autor, escrevendo sobre assuntos de carácter nacional, faz uso de materiais procedentes de fundos locais como complemento de fontes oriundas de arquivos nacionais.”

J. L. Hobbes (cit. por Pensato, 1984, p. 114) afirma que o Fundo Local deve assegurar um compêndio de todo o material respeitante à localidade – as suas características próprias, o seu “background” histórico e social, as suas mudanças e vicissitudes através dos tempos, o seu processo de desenvolvimento, com todos os aspectos que possam estabelecer uma figuração do passado e do presente da comunidade. Deste modo, deve integrar uma panóplia variada de materiais:

“documentos sobre a história, a política, a sociedade, as instituições, a vida religiosa, as actividades associativas e sindicais, culturais e desportivas, as artes e as letras, as personalidades, etc., de uma determinada comunidade e ainda sobre a geografia, a fauna e a flora da região em que ela está inserida” (Nunes, 1996, p. 129).

Aliás, o “Manifesto da Unesco Sobre Bibliotecas Públicas” (1994) acentua a importância do Fundo Local enquanto forma de acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação local e a promoção do conhecimento sobre a herança cultural. Não deverão, também, ser esquecidas histórias familiares, trabalhos a nível da biografia, da heráldica e genealogia (com interesse adicional para a população local espalhada pelo país e pelo mundo, a fim de redescobrir e organizar vínculos familiares) ou da área da numismática, medalhística ou filatelia, nem, de um modo geral, de todas as disciplinas que suportam a caracterização histórica, cultural ou científica da comunidade. Deve, por isso, estar particularmente vocacionado para o apoio aos estabelecimentos de ensino, à organização de eventos culturais, visitas de estudo e actividades de promoção turística e cultural, ou seja, “informando, formando e ocupando os tempos livres, abrindo horizontes e criando espaços de liberdade em que o leitor faz a escolha (...) sobre cada tema que a biblioteca lhe oferece” (Nunes, 1989, p. 19), assumindo-se como sede real ou virtual de sociabilidade, de exercício cívico, de apropriação democrática, de inclusão social e aprendizagem ao longo da vida.

Trata-se de um grande desafio para as bibliotecas públicas, tanto mais que as debilidades na prossecução desta missão são ainda demasiado notórias.

“Efectivamente, o impacto social das bibliotecas públicas em Portugal é ainda muito reduzido, aparecendo como cada vez mais urgente a necessidade de se investir em

serviços que as aproximem dos cidadãos, nomeadamente dos mais desfavorecidos, daqueles que mais necessitam de apoio na aquisição de competências de literacia, de apoio à auto-formação e de orientação num mundo onde demasiada informação tende a excluir em vez de incluir.” (Nunes in Calixto, 2007, p. 31)

Contudo, se na promoção da História Local, as bibliotecas públicas e os arquivos municipais conquistam lugar de especial relevância, não podemos, também, ignorar a importância de outras instituições, designadamente Associações, Misericórdias, Fundações e Sociedades, que acondicionam espólios bastante significativos sobre personalidades da vida local. Aliás, o acervo destas organizações deverá estar sempre conectado com a biblioteca pública, não em sobreposição, mas em complementaridade, numa partilha responsável de colecções com interesses comuns e disponíveis na Web.

Na realidade, como refere Lage (2002, p. 19),

“Existe um património documental diversificado designadamente de natureza bibliográfica e arquivística, disperso, à escala regional e local, por uma constelação variada de instituições e entidades públicas e privadas. Constituído por colecções de documentos de maior ou menor valor e raridade, apresenta, no seu conjunto, um inegável interesse para o estudo da história das nossas populações.”

Diferentes autores – de Berwick Sayers a J. L. Hobbs – estabelecem várias orientações sobre a tipificação do material recolhido, no entanto bastante assemelhadas entre si. Harold Nichols (1979, pp.14-15), por seu lado, equaciona não apenas o critério (*e.g.* qualidade) que preside à recolha/selecção desses materiais, mas também a sua essência documental:

“O critério que preside à selecção dos materiais que integram um fundo local é a relação que mantêm com a localidade; a qualidade nunca é um factor de escolha. Trabalhos que descrevam a localidade, livros que contenham informações relativas à região, incluindo romances com um enquadramento local, são, obviamente, relevantes; mas é igualmente necessário coligir materiais que reflectam as diferentes vivências da comunidade:

Porque são registos impressos que mostram o resultado do trabalho e do ócio da comunidade local. (...)

Porque são impressos localmente. (...)

Porque são escritos por pessoas que pertencem à comunidade. (...)”

Iremos, por isso, aproveitar a divisão proposta por Henrique Barreto Nunes (1989, pp. 5-7) por nos parecer igualmente bastante esclarecedora. Assim, o autor estabelece que documentos do Fundo Local podem apresentar-se com várias características. Desde logo, os documentos **impressos: livros** de história local, monografias, trabalhos académicos, biografias, genealogias, romances, poesias, peças de teatro e outras obras literárias ou intelectualmente elaboradas; **publicações periódicas**: jornais, revistas, boletins e outras publicações de âmbito local ou regional, paroquial, associativo, institucional ou escolar, mesmo que para o senso comum considerado “material menor”, pois incorpora elementos essenciais para o conhecimento do meio. J. L. Hobbs (cit. por Pensato, 1984, p. 169) considera “feliz a biblioteca que possui uma colecção completa dos seus jornais locais desde o início”; **documentos diversos**, como panfletos, pagelas, comunicados, brochuras, cartazes, convites, autocolantes, anúncios, guias turísticos ou catálogos de exposições, bilhetes de espectáculos, material publicitário, placas e obituários, sem esquecer **outros documentos diversos**, como recortes de imprensa e muitos outros, cuja classificação quase se torna impossível. Depois, **documentação iconográfica**, de modo a tornar mais perceptível a comunidade: desde logo a fotografia – por ser o material ilustrativo por excelência. É comumente considerado que uma imagem vale mais do que mil palavras e o registo fotográfico deve configurar-se como um suplemento das fontes escritas, “como o seu alter ego documental” (Sayers, cit. por Pensato, 1984, p. 174). Mas na iconografia devemos também incorporar outros géneros de representação, nomeadamente postais, imagens, selos, estampas, pintura e desenho enquanto testemunhos artísticos representativos da paisagem ou da vida da localidade, normalmente bastante emblemáticos da terra. O Fundo Local deverá, igualmente, apresentar **documentos cartográficos**: de mapas geográficos a cartas militares, de plantas de edifícios a cartografia geológica e hidráulica, de mapas de estradas e serviços de tráfego até percursos turísticos, há uma panóplia de registos com elevado interesse histórico, social e científico para a localidade ou para a região. Finalmente, os **audiovisuais** constituem, também, um recurso indispensável. Considera-se nesta tipologia todo o género de dispositivo, independentemente do seu suporte, cuja

utilização implica a intermediação de um mecanismo apropriado. Situam-se, neste âmbito, videocassetes, fitas e películas cinematográficas, discos, bobinas e registos magnéticos, CD-ROM e DVD, microfilmes, diapositivos e soluções digitais – todos eles absolutamente preponderantes para um conhecimento mais autêntico da vida da comunidade.

Portanto, o que define o Fundo Local não são os suportes dos documentos, mas a temática que os envolve: a localidade, enquanto “matéria específica que abarca ou pode abarcar o conjunto das matérias conhecidas, desde que se apliquem a uma comunidade determinada” (Nunes, 2001, p. 3), veiculando testemunhos de uma produção intelectual e mecanismos de representação da vida, da história e de uma identidade territorial.

Não obstante a panóplia de recursos com que se pode apresentar, a esmagadora maioria dos elementos constituintes do Fundo Local das nossas bibliotecas restringe-se à memória impressa. No tocante a livros, de uma forma simplificada, poderemos afirmar, como J. Omerod (cit. por Pensato, 1984, p. 124), que a sua inventariação no Fundo Local pressupõe, cumulativamente ou não, tratar-se de uma obra sobre a comunidade, apresentar a autoria de uma personalidade local ou ser impressa na localidade. Mesmo assim, por encerrar fundos especializados susceptíveis de utilização variada e de promoverem a interacção social, é crescente o número de utilizadores:

“Eruditos, membros de sociedades e associações, professores, alunos e por razões de conjuntura e evolução da sociedade geradoras de um interesse crescente pela documentação socio-económica (urbanismo, ambiente, economia, dados estatísticos e demográficos), hoje também cada vez mais outro tipo de utilizadores – universitários, investigadores, jornalistas, sindicalistas –, ou seja, desde a década de 1970, todo um movimento crescente de interessados pelas realidades locais e pela utilização intensiva da memória local, quer individual (biografias, genealogias), quer colectiva (monografias locais, exposições, ecomuseus, etc.)” (Lage, 2002, p. 63)

Quem poderá fornecer elementos para o enriquecimento do Fundo Local? A resposta mais simples – e, porventura, a mais indefinida – é: toda a gente. Autarquias locais; administração pública regional e local; serviços de saúde, do ambiente, de energia, de transportes e comunicações; os estabelecimentos de todos os níveis de ensino; as organizações culturais e desportivas; partidos

políticos e organizações sindicais e socioprofissionais, sem esquecer cooperativas, empresas e associações empresariais de vários sectores de actividade económica, até à Igreja e organismos religiosos e sociocaritativos, tipografias e editoras locais e órgãos de comunicação social produzem materiais nos mais diversos suportes que nos ajudam a compreender as formas e dinâmicas de organização da vida local.

Relativamente a materiais impressos, a biblioteca deve assumir o papel de museu da produção gráfica local, e não reservar-se exclusivamente ao livro. Aliás, o ideal, segundo H. Nichols (cit. por Pensato, 1984, p. 129), seria recolher todos os exemplares possíveis que precederam a utilização da maquinaria de impressão na localidade e ir acompanhando com outros exemplares à medida da evolução tecnológica.

E que manuscritos o bibliotecário deve privilegiar? A resposta mais correcta será: os que tiverem valor qualitativo. O facto de ser manuscrito não constitui, só por si, razão suficiente, mas, sim, a informação nele contida (J. L. Hobbs, cit. por Pensato, 1984, p. 143).

Importa, ainda, sublinhar dois aspectos pertinentes. Por um lado, quando acentuamos a importância da recolha deste género de informação não estamos a proceder a um mero exercício de curiosidade, de apropriação inusitada de documentos ou de capricho coleccionador. Estamos, sim, a falar de um procedimento relevante para a gestão da informação local e para a compreensão e esclarecimento da vida da comunidade. Por outro lado, as recolhas não têm, necessariamente, uma perspectiva de passado, de recolher “aquilo que já passou”. Na opinião de Nichols (1979, p. 9):

“Os registos quotidianos de informação, apenas se tornarão de interesse histórico com o passar do tempo, mas no caso de fundos locais, esse valor é permanente, na medida em que a sua valorização e utilização por parte dos utilizadores locais, é imediata e constante.”

Podem ter, também, um carácter de grande actualidade: turnos de farmácias, horários de transportes públicos, horários de ofícios religiosos, deliberações

camarárias, planos de urbanização ou programas de festas. Como refere Moreira (cit. por Cardoso, 2010, p. 2), “um Fundo Local bem organizado e divulgado poderá responder às questões mais prementes colocadas pelos cidadãos”, reunindo recursos que, “se olhados colectivamente, proporcionam um dos mais abrangentes quadros de história social de que dispomos” (Reid, cit. por Nunes, 2010, p. 318).

Porém, não basta uma biblioteca dispor de um abundante Fundo Local sem o correspondente tratamento, catalogação e indexação, de modo a proporcionar um acesso rápido, coerente e hierarquizado. Como sustenta Moreira (2001, p. 4), é importante que “todos esses documentos estejam indexados e, a nível da linguagem documental utilizada, tenham sido feitas todas as relações hierárquicas e de associação”.

Aliás, o acesso aos documentos deverá pressupor quatro dimensões essenciais (Nunes, 2010, p. 323). Em primeiro lugar, bons catálogos em linha, exprimindo o suporte digitalizado de documentos. Um bom fundo documental em formato digital não apenas simplifica o acesso aos utilizadores como reforça o papel da biblioteca como centro de conhecimento. Em segundo lugar, a cooperação entre instituições: a concretização de parcerias é o primeiro caminho para a garantia de um trabalho cooperativo no meio local e regional. É inútil, despropositado, irracional e dispendioso, no mesmo espaço geográfico, instituições diferentes sobreporem as mesmas colecções ou competirem entre si sobre fundos documentais acerca da mesma temática. A partir de uma cooperação técnica e científica, a biblioteca pública pode e deve transferir determinado tipo de colecções para outras organizações que melhor assegurem a sua promoção. Daí que o Fundo Local pode não circunscrever-se a um único espaço, com instalações específicas, mas o seu núcleo principal deve, isso sim, através de um organizado sistema de valorização e comunicação, saber orientar os utilizadores, encaminhando-os para obterem a satisfação das suas expectativas, seja na própria biblioteca, no arquivo municipal ou noutras instituições públicas e particulares. Com efeito, o Fundo Local ultrapassa a esfera orgânica da própria biblioteca, agregando, por incorporações várias, outros arquivos ou sistemas de informação autónomos e com sede própria, desde a paróquia à diocese, do cartório notarial à repartição das finanças, até às elites (famílias nobres e burguesas, políticos, caciques e/ou beneméritos), todos eles fornecendo elementos para a História Local (Silva, 1999, p. 293). Outra das

condições para um eficiente acesso aos documentos reside na consciência da importância da fluidez na criação, distribuição e pesquisa da informação, ou seja, na sua total manipulação, com as potencialidades dos dispositivos electrónicos a assegurarem a sua partilha, circulação e reutilização numa multiplicidade de recursos, com impactos a nível pessoal, profissional e académico. Esse repositório, observa Melro (s/d, p. 9), “assenta sobre um conjunto de tecnologias, incluindo protocolos e linguagens, que facilitam o armazenamento, a transmissão, a pesquisa e a visualização dos documentos digitais”. Finalmente, a dinamização, recorrendo às soluções disponíveis em ambiente Web 2.0: as novas tecnologias permitem mesmo difundir à escala planetária documentos tidos como verdadeiras relíquias sem pôr em causa a sua integridade:

“O surgimento da Internet veio revolucionar a biblioteconomia ao reequacionar as noções de tempo e de espaço, enquanto fenómeno global, permitindo, assim, a toda e qualquer pessoa, independentemente da localização, estar em contacto permanente com o mundo da informação.” (Melro, s/d, p. 9)

Na verdade, é determinante a potenciação das tecnologias de informação e comunicação, gerando redes sociais tecidas pelo fio da identidade comum. Como afirma Nunes (2010, p. 319), “a difusão através da Web deste tipo de colecções e serviços permite organizar comunidades sociais baseadas no meio local, e orientadas para a integração dos cidadãos no mundo da globalidade virtual a partir de um espaço territorialmente identificável”, originando interfaces de informação e potenciando a sua evolução. Com efeito,

“Os meios computacionais abriram novas possibilidades aos profissionais das Ciências Documentais. A compilação em bases de dados da informação de catalogação, as possibilidades de pesquisa em grandes volumes de informação e as ferramentas de apoio à edição ilustram a mudança qualitativa nesta área, considerando apenas o apoio às tarefas tradicionais.” (Ribeiro, 2011, pág. 3)

De facto, a digitalização de fundos locais e a sua fixação na internet, em CD-ROM, DVD ou noutro tipo de suporte electrónico, devidamente tratada, catalogada e

indexada, constitui um instrumento de trabalho indispensável, seja para a promoção do conhecimento, seja para a realização de estudos comparados, seja, ainda, como estímulo para a realização de projectos comuns, designadamente “por recurso à sua integração em redes de comunicação exterior que podem incentivar e responder a uma procura mais solidamente expressa” (Lage, 2002, p. 62), no intuito de tornar “visível o que é legível desta riqueza documental de inegável interesse para a memória local” (Lage, 2002, p. 62). Por exemplo, no tocante aos jornais, importa assegurar “uma indicação minuciosa e detalhada das datas de interesse local do seu conteúdo” (Pensato, 1984, p. 171), uma das operações mais características para sublinhar a importância do trabalho de indexação.

É consensual o pensamento de que o acesso à informação constitui condição imprescindível para o exercício de uma cidadania efectiva. Neste âmbito, têm sido promovidas ao longo dos últimos tempos iniciativas para a generalização do acesso à designada Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Segundo o Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal (MSI, 1997, p. 5),

“A expressão «Sociedade da Informação» refere-se a um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais. A sociedade da informação corresponde, por conseguinte, a uma sociedade cujo funcionamento recorre crescentemente a redes digitais de informação”.

As modificações respeitantes quer no âmbito da actividade económica, quer nos agentes fundamentais para o bem-estar social, advêm do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, e das suas repercussões nos mais variados domínios da actividade humana, mesmo aceitando-se que “a tecnologia não determina a sociedade” (Castels, cit. por Ruiz (s/d, 1).

Não podemos, todavia, confundir os conceitos de informação e de conhecimento. Daniel Bell, já em 1976, referia que informação representa “armazenamento, pesquisa e processamento de dados”, identificando a sociedade pós-industrial como sociedade de informação e de conhecimento. Para aquele

autor, o conhecimento constitui “um conjunto de declarações organizadas sobre factos ou ideias, apresentando um julgamento ponderado ou resultado experimental que é transmitido a outros por intermédio de algum meio de comunicação, de alguma forma sistemática” (Rodrigues, 2010, p. 20).

Por sua vez, Manuel Castells, um dos pesquisadores que mais desenvolveram o assunto, explicita:

“O que caracteriza a revolução tecnológica actual não é o carácter central do conhecimento e da informação, mas a aplicação deste conhecimento e informação a aparatos de geração de conhecimento e processamento da informação/comunicação, em um círculo de retroalimentação acumulativa entre a inovação e seus usos” (Burch, s/d, 1).

Todavia, importa salientar que, se as tecnologias de informação constituem uma ferramenta incontornável para o desenvolvimento pessoal e social, é igualmente verdade que poderão acentuar a diferenciação social. Como refere Philipp Gill, na Introdução às Linhas de Orientação da IFLA/Unesco para o Desenvolvimento de Serviços de Bibliotecas Públicas:

“Para tirar partido das oportunidades que apresentam as tecnologias da informação e comunicação, é imprescindível que a população esteja alfabetizada, que possua noções de informática e que exista uma rede de telecomunicações segura. O risco de um fosso cada vez maior entre os que possuem informação e os que carecem dela nunca foi tão grande (...) As bibliotecas públicas têm diante de si uma apaixonante oportunidade de ajudar a que todos possam aceder ao intercâmbio mundial de informação combatendo aquilo que se tem designado como o «fosso digital».” (Nunes, in Calixto, 2007, p. 34)

Um dos objectivos de uma biblioteca pública, em geral, e de uma biblioteca escolar, em particular, é contribuir para a igualdade de oportunidades, assegurando, a qualquer cidadão, o acesso a todo o género de informação, independentemente do contexto espaço-temporal. Aliás, na Declaração Política sobre Bibliotecas Escolares da Internacional Association of School Librarianship é apontado, para além da função educativa, cultural e recreativa, a função informativa da biblioteca escolar: “fornecer informação fiável, acesso rápido,

recuperação e transferência de informação”, pelo que “deverá integrar as redes de informação regionais e nacionais”, funcionando “como um instrumento vital do processo educativo, não como uma entidade isolada do programa escolar, mas envolvida no processo de ensino-aprendizagem” (IASL, s/d, p. 1).

Estamos, assim, perante o conceito de biblioteca “como organismo comprometido com a promoção de literacias, da liberdade individual e da participação cidadã numa sociedade democraticamente informada, tendo na base informacional possibilidades de realização nunca antes imaginadas” (Nunes, in Calixto, 2007, p. 37).

Para combater a info-exclusão, poderá a biblioteca construir um modelo avaliativo das necessidades dos utilizadores locais, tomando em consideração “especialmente os que têm mais dificuldades de acesso às tecnologias, à informação e à formação, dando prioridade às necessidades de aprendizagem e investindo na participação dos utilizadores, tanto reais como potenciais” (Nunes, in Calixto, 2007, p. 37).

“As qualidades interactivas da informação em linha são especialmente adequadas ao desenvolvimento de programas de promoção de competências informacionais e de apoio aos info-escluídos, sobretudo no sentido da sua integração social, evitando o aparecimento de «guetos», que é umas tendências mais perigosas da sociedade global.” (Nunes, in Calixto, 2007, p. 38).

No entanto, e sem nos desviarmos do eixo fundamental do nosso raciocínio, convém referir que não basta assegurar o acesso à informação. Aliás, o facto de existir abundância de informação implica um novo paradigma para a escola e respectiva biblioteca, no sentido de distinguir modelos de aprendizagem e de construção do conhecimento. “Vivemos numa sociedade de informação e cada indivíduo precisa de perceber a informação para lidar com as necessidades da vida de todos os dias” (Rodrigues, 2010, p. 32), utilizando-a de forma inteligente, crítica e reflexiva.

Voltando atrás, é de assinalar o envolvimento das bibliotecas públicas no esforço de modernização tecnológica, quer enquanto espaço de apoio à investigação, quer disponibilizando recursos necessários para o desenvolvimento

peçoal e social dos cidadãos, num processo adaptativo que remonta desde a década de 1950:

“As bibliotecas públicas que, ao longo da sua metade do século XX, tiveram que acompanhar a diversificação dos suportes documentais, adaptando colecções, equipamentos e serviços aos diferentes materiais e tecnologias através das quais a informação é transmitida (do material impresso aos documentos sonoros, logo aos audiovisuais e ao multimédia), chegam ao alvorecer do terceiro milénio confrontadas, não só com os novos suportes digitais de informação, mas também com a flexível, incerta, incontrolável, enciclopédica e permanentemente actualizada massa de informação produzida em linha e disponível para todo o mundo.” (Nunes, in Calixto, 2007, p. 33)

Nesta nova função, uma biblioteca torna-se cada vez mais híbrida, dado garantir o acesso à informação em suporte tradicional, analógico e estático, e, simultaneamente, em formato digital. Como afirma Ferrer Sapena (cit. por Melro, s/d, p. 3),

“as bibliotecas digitais são fruto da adaptação dos serviços tradicionalmente oferecidos pelas bibliotecas às novas condições tecnológicas que se desenvolvem no nosso meio social, sendo a continuação do que se considera ser o papel principal da biblioteca: informar e formar”.

Aliás, no cumprimento do princípio do acesso universal,

“também devem continuar a prestar serviços que oferecem informação de maneiras diferentes, por exemplo, em forma impressa, ou as tradições orais, que é muito provável que continuem a ser de vital importância num futuro próximo. Ainda que o converter-se em portais para o mundo da informação electrónica deva ser um objectivo primordial das bibliotecas públicas, elas devem esforçar-se por não fechar as outras portas através das quais se podem proporcionar conhecimentos e informações.” (Nunes, in Calixto, 2007, p. 34)

Não existe, pois, uma ruptura entre ambos os tipos de serviço, mas, sim, uma pacífica e enriquecedora complementaridade, que a definição de Gladeney (cit. por Melro, s/d, p. 4) ajuda a confirmar:

“Uma Biblioteca Digital é um agrupamento de meios informáticos, de armazenamento e de comunicações, conjuntamente com o conteúdo e software necessários a reproduzir, emular e estender os serviços fornecidos pelas bibliotecas convencionais baseadas em papel e em outros meios de colecção, catalogação busca e disseminação de informação. Uma biblioteca digital de serviço completo terá de alcançar todos os serviços das bibliotecas tradicionais e também de explorar as conhecidas vantagens do armazenamento digital, pesquisa e comunicação.”

Por outro lado, e porque a relação da biblioteca com o leitor é sempre biunívoca, é importante “escutar os leitores especiais destes fundos, que são também uma fonte não negligenciável de informação para a constituição e enriquecimento” (Lage, 2002, p. 62) do acervo. Aliás, na pesquisa de manuscritos históricos, linhas genealógicas, investigações etnológicas ou por curiosidade histórica, os fundos locais desde sempre suscitaram o interesse de grupos de amadores, o mesmo se passando com os arquivos locais e os registos paroquiais, documentos ainda hoje, na sua generalidade, e para períodos mais recentes, largamente dispersos por bibliotecas e arquivos locais e municipais (idem, ibidem). Além disso,

“Pelos laços que tecem com o meio socioprofissional, as actividades que reportam, acompanham ou difundem, os públicos que os acolhem, os responsáveis dos fundos locais e as unidades documentais que os guardam, organizam e difundem, são também testemunhos e actores da vida local e parte integrante da memória que registam e preservam para transmitir às gerações futuras a visão do mundo que a população da localidade ou da região podia ter tido numa dada época.” (Lage, 2002, p. 61)

Os fundos locais/regionais não se apresentam como um mero armazém de registos para memória futura, repositório de conservação documental e, muito menos, como um instrumento de exacerbação bairrista ou regionalista. Devem, antes, revelar uma coerência das colecções, que necessitam de ser completadas por outros fundos mais gerais. Surge, sim, como uma ilustração dos reais problemas e a expressão fisionómica da vida local, capaz de promover “o desenvolvimento de temas relacionados com a história moderna e estimulando indirectamente uma maior atenção por parte da biblioteca para o confronto com a documentação

corrente" (Pensato, 1984, pp. 17-18). Aliás, como afirma J. D. Brown (cit. por Pensato, 1984, p. 46),

"o bibliotecário que trabalha no departamento de história local deve trabalhar segundo o paradoxal princípio de providenciar um registo razoavelmente completo do passado para os utentes do futuro, exigindo a total imersão no presente. O departamento de história local é um departamento do desassossego".

Vivemos, contudo, ainda, numa época de ambiguidade a nível de práticas cognitivas e construção de saberes. Na verdade, como afirma Lage (2001, p. 11),

"os ecrãs abrem janelas múltiplas sobre configurações visuais e conceptuais multidimensionais reversíveis e memorizáveis. Mas a nossa experiência de leitura/escrita hipertextual com o folhear sinóptico multivariável que alarga as possibilidades de aquisição e invenção de conhecimentos é ainda curta, apesar de evidenciar já o interesse destes recursos que respondem à natureza comparativa da reflexão histórica, sociológica ou literária."

O repto está, exactamente, em compatibilizar "num mesmo universo real estas duas configurações, uma que eleva do passado, outra que nos interroga sobre as possibilidades de apropriação desse património pelas sociedades actuais", pois "a compactação da informação que marca a nossa época exige que saibamos manejar novos instrumentos de análise, outros modos de ser e saber guardar" (Lage, 2001, p. 11).

No fundo, estamos a falar de exploração de competências literácicas enquanto conjunto de práticas estabelecidas pelas relações sociais e processos culturais, segundo o configurado no Ano Internacional da Literacia pela UNESCO, em 1990, "uma perspectiva que explorava a variedade de usos da literacia no espectro total da vida diária, do exercício dos direitos civis e políticos até assuntos relacionados com o trabalho, o comércio, a auto-aprendizagem ou mesmo o entretenimento" (Rodrigues, 2010, p. 44).

No ano 2000, a Organização para a Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) definiu literacia enquanto "capacidade para compreender e

utilizar a informação nas actividades do dia-a-dia, em casa, no trabalho e na comunidade, de forma a atingir os objectivos pessoais e a desenvolver o próprio conhecimento e as capacidades próprias” (Rodrigues, 2010, p. 44). Exactamente no sentido de promover o desenvolvimento integral do indivíduo, a ONU e a UNESCO proclamaram 2003-2012 como a década da Literacia, enquadrada como “indicador de qualidade de ensino, do acesso à informação e de forma mais geral da capacidade dos indivíduos e das comunidades de aprenderem autonomamente e de participarem activamente na sociedade” (Rodrigues, 2010, p. 45).

A promoção da literacia deverá, pois, ser entendida como o desenvolvimento da capacidade de articular diversas formas de apropriação do mundo, através da leitura, condensadas não só na compreensão, interpretação dos processos e significados da envolvente comunicacional e escrita, mas, também, no incentivo ao conhecimento de toda a herança cultural humana.

Deste modo, a leitura surge com uma relevante função no desenvolvimento cultural e participação cívica, pois “fornece os instrumentos necessários para o acesso a toda a informação escrita, seja qual for o seu suporte” (Jardim, 2007, p. 47).

Por outro lado, como muito bem recorda Nunes (in Calixto, 2007, p. 34),

“Tradicionalmente, as bibliotecas procuram corresponder às necessidades educativas das crianças, jovens e adultos em aspectos relacionados com a alfabetização, as literacias e a formação contínua, prevenindo o analfabetismo futuro nos adultos através da promoção de uma cultura de leitura nas crianças e apoiando os adultos nos seus esforços de aquisição de competências de literacia e formação ao longo da vida. (...) Hoje, poderíamos falar de formas mais sofisticadas de exclusão: excluídos por não saber usar as tecnologias da informação e comunicação (TIC), excluídos por não saber pesquisar, seleccionar, avaliar, processar informação.”

De facto, se já por si, o analfabetismo constitui uma chaga sociocultural, mais se acentua se a ele associarmos a completa iliteracia digital. Como refere Pinto (2001, p. 111), “coexistem no mesmo espaço sociotemporal cidadãos que nunca falaram a um telefone com cidadãos que assistiram ao nascimento da tv e com cidadãos que utilizam a internet desde que se conhecem como seres humanos”. Além disso, como se conclui do estudo “A dimensão económica da literacia em Portugal” (GEPE/PNL/ME, 2009), ambientes pobres em literacia influenciam de forma

adversa o desempenho das instituições sociais e económicas, designadamente as escolas, as organizações da comunidade e as empresas.

Como sustenta Rezende (s/d, p. 3), “nas formas de organização social que estão a surgir na actualidade, a informação e o conhecimento tomam uma dimensão e desempenham um papel que vai além daquele que tem cumprido historicamente”. E acrescenta: “Nas sociedades do terceiro milénio, a posição de cada pessoa no contexto social é, cada vez mais, produto do conhecimento que conseguiu desenvolver ou construir” (s/d, p. 3).

Em resumo, e partilhando a verificação de Marques (1998, p. 15),

“parece evidente que o curso da história caminha para um ponto em que não saber operar com tecnologias de informação e comunicação será equivalente ao analfabetismo funcional. Quem aí se deixar fixar terá uma enorme desvantagem competitiva ao nível do emprego e da cidadania”.

Neste contexto, a biblioteca pública ou escolar pode e deve funcionar como “sistema de distribuição comunitária de recursos, que disponibiliza a todos os membros da comunidade, sem discriminação, um bem comum ” (Nunes, in Calixto, 2007, p. 34), e como um importante agente igualitário, proporcionando aos cidadãos ou aos alunos, independentemente da sua proveniência socioeconómica e cultural, as mesmas possibilidades de apropriação e uso da informação, fundindo aprendizagens, simplificando a complexidade dos circuitos informacionais, tornando-os mais fluidos, interactivos, dinâmicos e colaborativos, ajudando, deste modo, à construção de uma sociedade mais livre, mais igualitária e mais democrática.

Perante as exigências impostas por um mundo em contínua mudança e numa “sociedade da informação” que ameaça reforçar as desigualdades, será um desafio interessante e apelativo suscitar novas práticas pessoais, educativas e sociais, fomentadoras da criatividade e estimuladoras de um reconceito do mundo, inaugurando a exploração de novos territórios existenciais e cognitivos, num contínuo processo de autonomia, responsabilidade e discernimento.

Capítulo 2 - A identidade local

Mas como situar um estudo sobre as efemérides de Lousada na valorização do Fundo Local?

Antes de mais, devido ao interesse crescente pela cronologia, apesar de não constituir propriamente uma novidade dos nossos dias, nem ser um exclusivo da História enquanto ciência.

A expressão “cronologia” provém do grego Cronos, líder de seus irmãos, os Titãs, filho do céu (Úrano) e Terra (Gea), governante do mundo na sua época de ouro, de acordo com a mitologia grega. Para além da comparação com um governante onisciente e imortal, a cronologia abarca como campo de acção a totalidade do tempo conhecido, em sequência contínua.

A divisão do tempo e a datação de acontecimentos remonta a épocas ancestrais, sendo, aliás, difícil “pensarmos nalguma sociedade conhecida que não tenha julgado conveniente por diferentes motivos deixar registo da passagem do tempo e da sucessão de acontecimentos” (Hobsbawnn, 2000). No entanto, é no século XVII que começa a verificar-se o registo de factos para a construção de uma linha histórica coerente e sincronizada, concedendo primazia às ocorrências de natureza política, diplomática e militar.

Actualmente, a periodização surge como factor preponderante na organização de estudos históricos, mas, sobretudo após a corrente da Nova História, ficou patente que a ordenação cronológica não pode diminuir a importância do acontecimento em si, até porque, como sublinhou Fernando Braudel, os factos não podem ser explicados apenas pela sua historicidade, mas enquanto fenómenos globais onde intervêm factores económicos, culturais ou ideológicos.

Contudo, a cronologia afirma-se como estrutura racional de qualquer consideração histórica, ferramenta essencial e incontornável para a compreensão das fontes e o enquadramento temporal.

Na verdade, ela

“está presente no próprio ciclo de vida do homem, que, ao ligar-se a determinado grupo, lhe garante continuidade e o perpetua, alargando a respectiva dimensão temporal. E o que se passa em relação a cada indivíduo ocorre também relativamente

às interdependências que se constituem, conferindo às sociedades um carácter de historicidade” (Rebelo, 2004, p. 4).

Sendo a cronologia tão antiga como a própria História, podemos, portanto, considerá-la como o primeiro género historiográfico.

“No assentamento das principais efemérides viam os Homens do passado uma necessidade imprescindível para a sua identidade e a sua cultura. Os *Annales Portucalenses Veteres*, com que os nossos antepassados portugueses iniciaram a História da pátria, entravam nessa categoria historiográfica e constituem, ainda hoje, uma fonte indispensável para o conhecimento dos séculos mais recuados de Portugal.” (A. H. Oliveira Marques, in Moreira, 2004, p. 7)

A cronologia, interpretando o interesse pela sucessão dos factos, presente em todas as civilizações, evoluiu ao longo dos tempos, ao sabor de novos acontecimentos, descobertas, paradigmas interpretativos ou simples modas, incorporando, nos dias de hoje, apuros mais elaborados e até formas algo sofisticadas. Com a autonomização dos estudos históricos, veio, também, afirmar-se como uma das Ciências Auxiliares da História, segmentando áreas de estudo: cronologias de chefes de Estado, de conflitos militares, de descobertas científicas, de evolução económica, social e cultural, cronologias de acontecimentos, de países, de religiões...

“Surgiram cronologias por séculos, por anos, por meses e até por dias. Surgiram cronologias de efemérides parcelares, permitindo comparar, em visão simultaneamente sincrónica e diacrónica, dados de natureza muito diferentes, possibilitando um exame de contrastes civilizacionais, que fazer história – qualquer tipo de história – sem recorrer à cronologia é impossível.” A. H. Oliveira Marques, in Moreira (2004, pp. 7-8)

Mas, sendo verdade que a História é “a ciência do homem no tempo” (Bloch, 1993, p. 29), é igualmente verdade que a procura das estruturas, a essência das relações históricas, por vezes esquece o próprio Homem, “raiz e fundamento de todos os acontecimentos” (Rebelo, 2004, p. 4). Mas é na contextualização da sua acção que poderemos perceber melhor as suas atitudes, anseios e perplexidades,

compreender trajetórias temporais e espaciais, hierarquias, representações e identidades, e encontrar esclarecimentos para problemas de carácter mais global: "o estudo de uma comunidade, de uma região, vale pela possibilidade de tentar elucidar problemas de carácter global, cuja importância transcende o espaço geográfico de análise" (Mattoso, 1986, p. 81).

Não podemos, também, esquecer, a devida contextualização, na medida em que

"os acontecimentos não são relevantes em si mesmos para qualquer investigador, historiadores incluídos, uma vez que têm de adquirir individualidade relativamente a um contexto referenciador de modo a servirem para alguma coisa" (Brandão e Feijó, 1984, pp. 491-492).

Por outro lado, o passado, só por si, é uma inutilidade, e só faz sentido interpelá-lo para descortinar respostas para as dúvidas e expectativas do presente e para a construção de um futuro melhor. Como confirma Mattoso (1988a, p. 21),

"a observação do passado não se destina a um macabro trabalho de desenterrar mortos. Não é uma viagem ao reino das sombras, nem pode resultar numa predilecção bafienta pelo que o tempo esterilizou. O que está morto, está morto. (...) só me atrai, no passado, aquilo que me permite compreender e viver o presente."

Paulo Freire (1996, pp. 85-86) acentua, por sua vez, o papel de cada indivíduo como sujeito da História e agente de mudança:

"É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato, não para me adaptar, mas para mudar".

Além disso, a História é impossível sem o devido enquadramento temporal, ou seja, sem datas. Se o espaço constitui uma coordenada indispensável à delimitação

dos factos históricos, as datas “constituem o seu código, o esqueleto a partir da qual se procura chegar à totalidade dos factos, isto sob pena de a História se tornar uma construção abstracta ou simplesmente especulativa” (Rebelo, 2004, p. 4).

“Os dados de tipo cronológico são o esqueleto do corpo histórico. Sem eles, temas e interpretações diluem-se, esfumam-se, tornam-se incompreensíveis. O historiador tem de recorrer à lista de factos e às sucessões de cargos para conseguir compreender e para transmitir aos outros essa compreensão.” A. H. Oliveira Marques, in Moreira (2004, p. 8)

E que sentido faz conhecer a cronologia de uma comunidade? Sendo a cronologia a ciência cuja finalidade é determinar as datas e a ordem dos acontecimentos históricos, ela permite-nos conhecer a relação entre factos históricos, pois, estando intimamente encadeados num processo histórico, conhecendo quando ocorre um, podemos compreender a relação entre eles. Ora, se isto é aplicável relativamente à História em geral, alcança ainda maior significado na História Local, porque a ela estamos directa e pessoalmente ligados, facultando-nos meios para conhecer mais profundamente a nossa comunidade, a nossa família, o nosso sítio, o nosso enquadramento cultural. Em suma, conhecermo-nos a nós próprios, a partir de factos concatenados, numa sequência espaço-temporal significativa.

Aliás, hoje em dia, a História Local adquire uma afirmação cada vez mais representativa, após um processo longo e evolutivo. Se ignorarmos os contributos anteriores para o conhecimento das realidades locais e regionais e nos fixarmos em meados do século XIX, verificamos a atenção concedida ao municipalismo, enquanto movimento característico do ambiente romântico, liderado por Alexandre Herculano, e detectamos, igualmente, o grande interesse perante a História Local, de que resultaram os “Anais do Município”, a partir da legislação aprovada em Novembro de 1847:

“Em cada uma das Câmaras Municipais dos Concelhos do Reino e Ilhas Adjacentes, haja um livro especial com a denominação de *Anais do Município*, no qual anualmente se consignem os acontecimentos e os factos mais importantes que ocorreram e cuja memória seja digna de conservar-se e, bem assim: as descobertas de riquezas,

substâncias e combustíveis minerais; o aumento ou diminuição da produção agrícola e suas causas; a longevidade das pessoas de que houver notícia, com a declaração do modo de vida que tiveram e do seu alimento habitual; as acções generosas e os nomes dos seus autores que mereçam ser transmitidos às gerações futuras; e, finalmente, tudo quanto possa interessar às tradições locais.” (Mendes, 2000, p. 355)

Também o historiador Oliveira Martins, elemento da Geração de 70, numa carta-prefácio, escrita em 1893, para a Monografia de Oliveira do Hospital, afirmava:

“Considerarei sempre que um dos subsídios principais para a história geral do país consiste nas monografias locais, onde se estuda a arqueologia e a história, as biografias e as tradições, com os documentos à vista e à mão os arquivos municipais e particulares. Um corpo de monografias destas, relativas aos principais concelhos do reino, formaria um tesouro de inestimável valor para o estudioso; ao mesmo tempo que serviria para arraigar nas localidades esse amor da terra, base natural e necessária do sentimento mais abstracto a que se chama patriotismo». (Mendes, 2000, p. 356)

Entre os finais do século XIX e inícios do século XX, muitos outros autores e investigadores se interessaram pela História Local e Regional, nomeadamente Alberto Sampaio, Abade de Baçal, Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos, Braancamp Freire ou Estácio da Veiga.

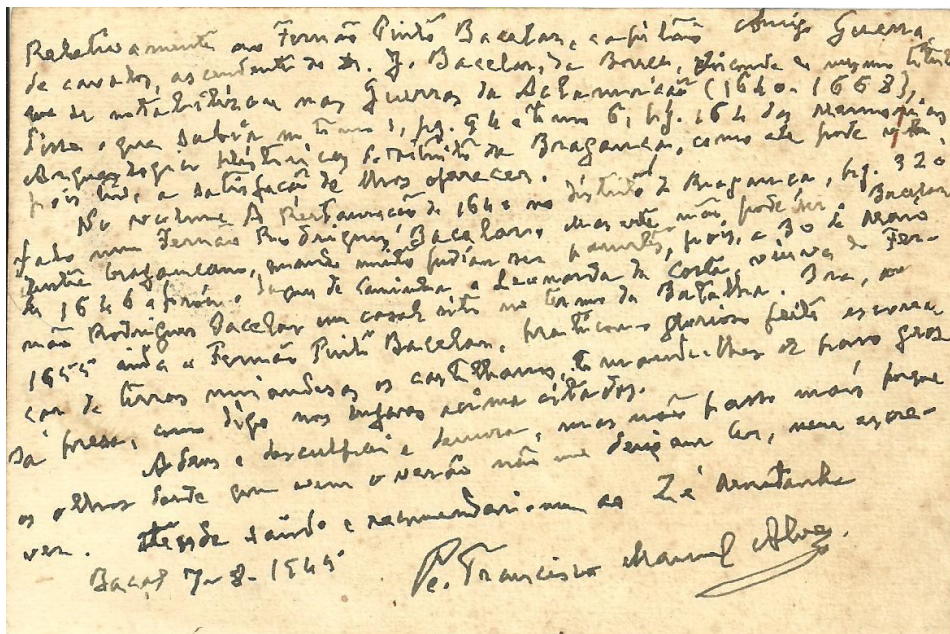


Figura 1 - Carta do Abade de Baçal (Arquivo da Casa de Rio de Moinhos).

Se nos concentrarmos em Lousada, o espaço do nosso estudo, é oportuno citar, igualmente, o nome do Padre Francisco António Peixoto, que, nas edições do “Jornal de Lousada” entre 1913 e 1916, deixou imensos escritos sobre a origem, etimologia e evolução histórica de muitas das freguesias do concelho, textos que, ainda hoje, servem de base a trabalhos de investigação. Já nos nossos dias, os nomes de Augusto Soares de Moura, Eduardo Teixeira Lopes, Vaz-Osório da Nóbrega e Francisco Victor Magalhães não podem ser ignorados.

A importância dos estudos locais, a preocupação pelo rigor e a aplicação de metodologia adequada levaram José Silva a escrever em 1913:

“Em assunto de tanta monta, pois dele depende a solidez da construção de um **monumento nacional**, não serão demasiadas todas as cautelas e o estabelecimento de uma apertada fiscalização das origens e história das localidades. Muita coisa corre com foros de autenticidade, quando não passa da esfera da anedota ou da lenda: muitas datas se contradizem e muitos factos estão ainda eivados de inexactidão que os falsificam e anulam, tudo porque, até há pouco, *História* tem sido amontoar datas, nomes e ocorrências, sem contraprova e sem assento racional de causas e efeitos.”
(Mendes, 2000, p. 356)

Com a instauração do Estado Novo e a glorificação da História de Portugal, nomeadamente da fase dos Descobrimentos, a História Local perdeu afirmação, sendo necessário esperar pela década de 1980 para voltar a ganhar novo terreno, aliás num processo idêntico ao verificado na Europa.

Apesar de não existirem estudos aprofundados sobre este ressurgimento, antes considerações dispersas e avulsas, várias razões poderiam ser apontadas para este novo fôlego. Desde logo, uma nova concepção metodológica suscitada pelo movimento da chamada Nova História, que estimulou uma nova abordagem historiográfica, alargando e diversificando o conceito de fonte histórica. Como salienta a historiadora Ana Maria Carvalho de Oliveira:

(...) A Nova História, nas suas diversas expressões, contribuiu para renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, na medida em que foram diversificados os objectos, os problemas e as fontes. A História Regional constitui uma das possibilidades de investigação e de interpretação histórica. (...) Através da História Regional busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular.
(Silva, 2004, p. 1)

Por outro lado, a história geral de um país não pode deter-se nas minudências e particularidades da História Local, que, deste modo, poderá estudar, aprofundar e escarpelizar aspectos daquela num determinado recorte espacial. Ribeiro da Silva (s/d, p. 4) aponta, também, como circunstâncias valorativas da História Local, a afirmação do Turismo Cultural – concedendo muita visibilidade ao património arquitectónico e a sítios consagrados na memória local –, os progressos na Antropologia e na Etnologia –, valorizando aspectos do património imaterial para os quais o historiador local pode também contribuir –, a criação de associações de defesa do património e o esforço de muitas Câmaras Municipais, com trabalhos altamente meritórios no estudo e divulgação de muitas temáticas.

Aliás, Jean Jacquatt (cit. por Silva, 1999, p. 293) concebe a História Local em parâmetros bem definidos: “O objecto da história local, uma vila, uma pequena região, um país, como costumamos dizer, é limitado. Toda a história local é micro-história, anexada a pequenos factos, a acontecimentos mínimos. Mas, ao mesmo tempo, toda a história local é história total”.

“Sendo assim, o que no primeiro momento pode parecer que, a História Local veio para desarticular a História Geral, percebe-se que acontece exactamente o contrário, enriquecendo a história nacional com pequenos factos, que antes não parecia ser preocupação de nenhum historiador, montando um quebra-cabeças com as várias histórias locais e criando uma rica história geral.” (Mattos, 2008, p. 2)

A História Local, enquanto ponto de partida e não ponto de chegada, surge, assim, complementar à História geral, facto, aliás, já salientado por Alexandre Herculano ou Oliveira Martins, e que António de Oliveira (cit. por Mendes, 1996, p. 194) especifica:

“Trata-se de um enriquecimento recíproco entre estas duas formas de história, duma possibilidade permanente de controlo, talvez duma lição de prudência, evitando as generalizações apressadas, as afirmações peremptórias, as comparações falaciosas. Enquanto a história irriga permanentemente a investigação local, esta permite ancorar solidamente os grandes movimentos do passado na realidade do território e dos homens.”

Lage (2002, p. 9) considera, aliás, que “a noção moderna de património, formada por sucessivas e diversas camadas ideológicas e afectivas, parece conhecer um desenvolvimento que pode vir a tornar-se num dos traços mais importantes das nossas mentalidades contemporâneas”.

Georges Duby integra a influência das mudanças no campo historiográfico a partir de uma mentalidade dos historiadores da actualidade e as vertiginosas transformações ocorridas no mundo:

(...) o enorme processo de mudança que estamos a viver, sob a forma de uma difusão de acontecimentos à escala de todo o planeta, faz com que, na produção histórica actual, pareça infrutífero continuar a considerar os fenómenos no quadro dos estados tais como eles existem. O importante parece ser, actualmente, escrever uma vastíssima história de todas as civilizações do Mundo, nas suas relações recíprocas, enquanto, por outro lado e por um movimento inverso, assistimos ao reaparecimento de uma história muito local.” (Fagundes, 2006, p. 85)

Vivemos actualmente sob o signo do provisório, um tempo de incertezas, de relativismo, de insegurança, em que

“o fundo patrimonial tornou-se quase uma obsessão que releva da sensação de falta. Isto é, têm vindo a gerar-se atitudes negativistas, detectáveis em situações de crise, perda, desastres, calamidades, grandes incertezas das sociedades, postas bruscamente perante problemas que por falta de uma cultura apropriada são mal geridas, as quais desencadeiam investimentos emotivos, cristalizações afectivas, por vezes vertidas em polémicas, explicando-se assim, de certo modo, a convicção de que um património não se manifesta enquanto tal, senão quando é preciso pensar em defendê-lo” (Lage, 2002, p. 9).

Trata-se, afinal daquilo que Nunes (2010, p. 319) também verificava: “à medida que a sociedade se torna mais móvel e incerta, a necessidade dos cidadãos de conhecer e compreender as suas raízes e origens torna-se mais pronunciada”.

As impressionantes mudanças históricas suscitaram um sentimento de nostalgia, de exigência de autenticidade, de procura de identificação, ou, como refere Tavares (1996, p. 1999), “uma forma de reacção às “crises de identidade,

desestruturantes da sociedade (...) através da revalorização de referenciais próximos”.

Como também sustentou Costa (1996, pp. 677-678):

“Pode dizer-se que a nossa noção de património está obrigatoriamente ligada à noção moderna de irreversibilidade da perda. Trata-se de recuperar o que é irrecuperável: o passado. (...) Neste sentido, é possível que o interesse contemporâneo pelo património esteja associado a uma atitude muito alargada de resistência à mudança e de desconforto perante ela.”

Por outro lado, o alargamento da investigação histórica estendeu o interesse por novos campos que a designada “História tradicional” não tomava por “merecedores de atenção ou, pelo menos com «dignidade» suficiente para figurarem nas obras historiográficas, ao lado dos «grandes» eventos e das «grandes» figuras ou personalidades” (Mendes, 1996, p. 193).

Todavia, a História de um país não é o resultado da soma aritmética de todas as Histórias Locais desse país, embora possa sentir o seu impacto, por serem “geralmente tanto mais centrípetas quanto mais afastado está o poder central, quanto mais fraco for esse poder ou quanto maior a consciência da diferença ou de pertença a um grupo culturalmente distinto, por parte de uma comunidade” (Barbosa, 1996, p. 4).

O posicionamento crítico perante o centralismo exagerado e a reacção “a uma polarização excessiva à volta de alguns grandes centros organizadores do espaço nacional” (Barbosa, 1996, p. 5) foram já razões aduzidas por Alexandre Herculano, num texto publicado em 1853, no jornal “O Portuguez”:

“Nós não filiamos o progresso nas tradições centralizadoras da monarquia absoluta. Respeitamos o centralismo de dois ou três séculos antecedentes como um facto histórico e providencial, cujos resultados foram uma certa uniformização de costumes para os povos de uma mesma nação. Hoje as condições são diferentes. Quando, por causas que aqui não é preciso nem possível desenvolver, o povo abdicou dos seus direitos e deixou usurpar as suas garantias, a monarquia, que já havia abatido a nobreza, pode exercer sem contestação o poder despótico, e a centralização foi a consequência inevitável deste facto. Hoje o povo lembrou-se que tinha direitos; tem lutado há sessenta anos e tem conseguido que eles sejam consignados nas instituições políticas de uma grande parte dos países da Europa. (...) Nós não nos envergonhamos

de procurar as tradições da nossa escola nos países clássicos da liberdade, nos países municipalistas e não centralizadores.” (Barbosa, 1996, p. 5)

Também Oliveira Martins, na carta-prefácio acima mencionada, referia que “o estudo monográfico das localidades ministra ao saber geral subsídios da maior valia, e (...), além de fixar e esclarecer as tradições, afervorando o amor da terra, é também um estímulo e um incentivo para a descentralização” (Mendes, 2000, p. 356).

Outros factores concorreram para uma a maior apreciação pela História Local: a democratização do poder local, a descentralização administrativa, a delegação de competências a nível da educação, da saúde, da assistência social e do ambiente ou as novas atribuições locais ao nível do desporto, da cultura e do turismo ajudaram a construir uma representação mais esclarecida da importância do local, favorecendo o estudo e evocação de tempos, espaços, pessoas e ocorrências que ajudaram a edificar a história da localidade. O próprio Concílio Ecuménico Vaticano II, também terá concorrido para esta valorização, enfatizando o papel das igrejas locais e das suas particularidades históricas.

Por outro lado, o interesse pela História Nacional, principalmente nos pequenos países como o nosso, ajudou a afirmar a identidade nacional perante o desequilíbrio para as potências dominantes, ajudando também, como que por arrastamento, a recrudescer o interesse pela História Local. Francisco Ribeiro da Silva (s/d, p. 1) avoca, igualmente, o papel cada vez mais preponderante das regiões no quadro da União Europeia: “Na Europa das regiões faz cada vez mais sentido a história local e regional”. No entanto, o forte impacto da globalização, ou se preferirmos, as múltiplas globalizações, na feliz expressão de Boaventura Sousa Santos, terá sido uma das causas mais determinantes. Na verdade, a uniformização de produtos, a padronização de marcas e a mundialização de hábitos, criando uma forma globalizadora de aferir a vida, fazem esbater as referências sobre a nossa cultura mais profunda, impelindo-nos a reencontrar as nossas raízes e a redescobrir a nossa matriz identitária, na procura “de um sentimento «de pertença» que tende a perder-se na voracidade globalizante, massificadora e consumista dos tempos modernos” (Nunes, 2010, p. 319). Com efeito,

“Se vivemos numa sociedade que exclui, domina, oprime e oculta os conflitos e as diferenças sob a ideologia e o valor das identidades e da unidade do homogêneo e do único, então o direito à memória torna-se uma reivindicação para fazer surgir a diversidade, a diferença, o múltiplo, as muitas memórias e as outras histórias que queremos contribuir para construir”. (Déa Fenelon, cit. por Batista, s/d, p. 16).

Outra razão centra-se no interesse recolhido pelo mundo académico, através de novas abordagens dos estudos locais, delimitadas pela exigência do rigor científico:

“A construção de retratos rigorosos das sociedades locais passou a ser realizada por historiadores e outros cientistas sociais, no âmbito de provas académicas, e com um suporte teórico e uma metodologia que em muito contribuíram para elevar estes estudos a outro patamar de reconhecimento, que antes não possuíam.” (Almeida, 2008, p. 628)

Por conseguinte, a História Local deixou de ser encarada como um género menor, enclausurada na preocupação, curiosidade ou erudição dos investigadores locais, geralmente olhados com desconfiança, mas como um instrumento determinante para o desenvolvimento das regiões, como um campo de trabalho pedagógico e como elemento identificador de uma comunidade, como que em reacção à crise do modelo macro-social.

Também por isso, os Fundos Locais conquistam crescente interesse no comum dos cidadãos, numa perspectiva que envolve a história individual, das famílias, crianças e jovens estudantes (Nunes, 2010, p. 319). Deste modo, estamos convictos de que muitas das ocorrências evocadas no nosso estudo irão, seguramente, favorecer relações de proximidade com a comunidade local e motivar reflexões sobre memórias e identidades. Memórias entendidas como “fenómenos produzidos de modo individual e colectivo, constituídos por recordações elaboradas sobre os acontecimentos vivenciados das mais diversas maneiras” (Batista, s/d, p. 12). Trata-se, pois, de “vislumbrar o que os indivíduos pensaram ou como interpretaram tais acontecimentos, ou como os recordam” (Batista, s/d, p. 12), na medida em que “estar ciente de que a sedimentação destas memórias em sentimentos e valores mais profundos é o que leva os indivíduos a situarem-se em

relação a si mesmos, aos demais, ao ambiente social em que estão inseridos, construindo deste modo as suas identidades” (Batista, s/d, p. 12).

A memória não é somente tudo aquilo que um indivíduo ou um grupo é capaz de evocar, mas, igualmente, a capacidade de seleccionar essa lembrança. Surge, então, como o processo de aprendizagem, de armazenamento e de recordação de informações, é o que registamos, tornando-se um reservatório de tudo o que nos aconteceu e é eminentemente selectiva, constituindo o suporte fundamental da identidade individual e colectiva. A corroborar este princípio encontra-se a definição de Garcia Gutiérrez (2009, p. 89): “Toda a memória constitui e é constituída pela identidade, uma matriz cognitiva formada pelos mitos, tópicos e expectativa de cada época”.

Na Declaração do México do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (1985, p. 1), era sublinhado:

“Cada cultura representa um conjunto de valores único e insubstituível já que as tradições e as formas de expressão de cada povo constituem a maneira acabada de estar presente no Mundo. A identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo a nutrir-se do seu passado e, a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade continuando assim, o processo da sua própria criação (...)”

Deste modo, e perante a conjugação destes factores, será possível potenciar o valor social da História, da memória e da identidade, e, assim, promover a consolidação da cidadania.

Além disso, “se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenómeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (Pollak, 1992, p. 5).

Por consequência,

“A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele encontra-a ao dobrar da esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu graffiti nas paredes, seguir suas pegadas nos campos.” (Samuel in Cordova, s/d, p. 8)

Na realidade, “uma das atracções da história local é que aconteceu aqui (...) e que podemos ainda encontrar e observar os vestígios materiais do ambiente e do simbólico em bibliotecas, arquivos e museus” (Pensato, 1984, p. 20). Eis, pois, o “local”, espaço geograficamente restrito, onde se interligam laços sociais e de parentesco, onde a vinculação comunitária ainda se manifesta e a sociabilidade entre os residentes ainda se mantém.

Neste contexto, “o espaço local, alçado em categoria central de análise, constitui uma nova possibilidade no quadro das interdependências entre agentes e factores determinantes de experiências históricas” (Reiznick, 2002, p. 3). Perante este novo conceito, “cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado, ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações” (Reiznick, 2002, p. 3). Deste modo, “permite tornar possível a historiografia dos anónimos, dos esquecidos, buscando nesses elementos os pressupostos da história social e cultural, rompendo com a história positivista, tradicional” (Rosa, s/d, p. 1). Ocorre, assim, “a (re)valorização de fontes e documentos, possibilitando a utilização de fontes orais ou, porque não dizer, da história oral e, conseqüentemente, da memória, das lembranças, considerando essencialmente que a história é feita de homens e mulheres com sentimentos, emoções, vivências, desejos, sonhos” (Rosa, s/d, p. 1).

A este propósito, veja-se a frase lapidar deixada por Harold Nichols (1979, p. 7):

“As pessoas querem e procuram conhecer a história da localidade onde viveram as suas famílias e os respectivos predecessores, traçando a respectiva árvore genealógica a partir dos registos paroquiais. A história do homem e da mulher comum, as suas ocupações e actividades de lazer, é escrita baseada e enquadrada nas descrições do microcosmo que foi, e é, o território de vivência.”

Essa aspiração poderá ser encontrada na Biblioteca Municipal, “por definição ligada à comunidade local” (Nunes, in Calixto, p. 34). Para isso, deverá estar dotada de um adequado Fundo Local, “cuja existência composição e divulgação constituem

uma das principais razões para o impacto de muitas bibliotecas públicas (municipais) junto da população” (Nunes, 1989, p. 3).

Finalmente, devemos enquadrar a biblioteca pública num “efectivo agente de promoção da sua comunidade, constituindo, através da internet, um centro de informação local aberto à comunidade global, promovendo e dando a conhecer a identidade cultural própria da comunidade, a sua história e o seu património” (Díaz, 2006, p. 138). Trata-se, assim, de “uma forma *proactiva* de proporcionar uma correspondência equilibrada entre o local e o global” (Nunes, 2010, p. 320), ou seja, de os indivíduos poderem usufruir das vantagens da integração numa cultura à escala global sem esbatimento das características que, culturalmente, os diferencia e individualiza.

Mas esse desiderato apenas poderá ser alcançado através da organização dos Fundos Locais em serviços virtuais, numa partilha global que acentua uma dimensão simultaneamente informativa, formativa e cultural. Com efeito, como refere Jesse Shera (cit. por Pensato, 1984, p. 23):

“O papel tradicional da biblioteca como parte do sistema de comunicação (...) é a preservação e a transmissão da herança cultural. A biblioteca pode, naturalmente, comunicar e valorizar outros sistemas culturais e, na verdade, deve fazê-lo; mas se estiver afastada das atitudes e do sistema de valores da sua própria cultura, terá graves problemas.”

Portanto, a biblioteca funciona como um espelho e assegura a sedimentação natural da história cultural da localidade. Podemos afirmar que ela cumpre verdadeiramente a sua função quando consegue reflectir e preservar a memória cultural da comunidade (Pensato, 1984, p. 24), estabelecendo um equilíbrio entre o local e o global, a fim de, como salienta Martinez Gonzalez (cit. por Nunes, 2010, p. 320), os indivíduos e as comunidades aproveitarem os benefícios da “pertença activa a uma cultura global sem perder por isso as características que os tornam diferentes e lhes proporcionam a sua inserção concreta no mundo da história”. Aliás, pode mesmo actuar como um antídoto aos efeitos perversos da globalização, sublinhando virtualidades e particularismos que são, muitas vezes, os factores estruturantes da identidade local.

Concluída que está a reflexão acerca da importância do Fundo Local e da História Local para o robustecimento da matriz identitária de uma comunidade, vamos transitar para a contextualização do nosso território de investigação, o concelho de Lousada, através de uma breve recapitulação histórica.

2ª PARTE - CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

Nesta 2ª parte, intitulada Contexto histórico-geográfico, iremos identificar o território de intervenção e definir o contexto da investigação. Deste modo, procedemos à caracterização do concelho de Lousada a partir da sua evolução histórica. Seguidamente, é explicitado o processo de criação da Biblioteca Municipal, explicados os seus antecedentes e caracterizados os serviços actualmente disponíveis. Finalmente, são identificados os potenciais destinatários do nosso projecto.

Capítulo 3 - Enquadramento histórico de Lousada

“ (...) o essencial não é sonhar, hoje, com um prestígio de ontem ou de amanhã. É saber fazer a história de que temos hoje necessidade. Ciência do domínio do passado e da consciência do tempo, deve, ainda, definir-se como ciência da mudança e da transformação”.

Jacques Le Goff e Pierre Nora³

Uma determinada unidade territorial encontra-se integrada numa circunscrição administrativa (concelho/senhorio, honra, couto, etc.) com poder hierarquizado e competências próprias; estrutura religiosa com jurisdição eclesiástica (diocese, vigararia, paróquia); em estrutura judicial (comarca, ouvidoria; estrutura económico-financeira (provedoria, almoxarifado, contadoria) com cargos e competências próprias ou em estrutura militar (circunscrição militar), dirigida por corpos hierarquizados (governador de armas, capitães-mores, alcaides, ordenanças) (Amorim, 2006, p. 149).

“Como as circunscrições administrativas e judiciais, laicas e religiosas, variaram, de forma diacrónica e até sincrónica, toda e qualquer reconstrução do espaço esbarra, dada a ausência de bases cartográficas esclarecedoras, na multiplicidade de critérios que os diferentes produtores de documentação, em última análise, gestores de espaços e poderes, usaram ao longo do tempo. E se, a este aspecto, juntarmos o facto de muitas vezes uma unidade se extinguir ou pulverizar ou se integrar ou então absorver outras unidades, torna-se, por conseguinte, moroso seguir-lhes o rasto.” (Amorim, 2006, p. 149)

O actual concelho de Lousada pode confirmar esta interpretação, como se conclui nas páginas seguintes, dado constituir o campo historiográfico específico para a realização deste projecto. Esta opção fundamentou-se não só pelo facto de ser o nosso local de nascimento e de residência, e por com ele mantermos uma forte ligação afectiva, mas, igualmente, pela inexistência de qualquer trabalho relacionado com a temática que nos propusemos tratar.

³ GOFF, J. e NORA, P. (1977). “Apresentação”, *Fazer História 1, Novos Problemas*. Lisboa: Bertand, p. 14.

Trata-se de um território com cerca de 95 km², situado no interior Norte do distrito do Porto e integrado na sub-região do Vale do Sousa e da NUT 3 – Tâmega. Encontra-se delimitado, a Norte, pelo município de Vizela, a Nordeste por Felgueiras, a Este por Amarante, a Sudeste e Sul pelos concelhos de Penafiel e Paredes, a Oeste por Paços de Ferreira e a Noroeste por Santo Tirso.



Figura 2- Mapa do distrito do Porto.



Figura 3- Mapa da NUT 3 Tâmega.

É composto, actualmente, por 25 freguesias: Alvarenga, Aveleda, Barrosas (Santo Estêvão), Boim, Caíde de Rei, Casais, Cernadelo, Covas, Cristelos, Figueiras,

Lodares, Lustosa, Lousada (Santa Margarida); Lousada (S. Miguel), Macieira, Meinedo, Nespereira, Nevogilde, Nogueira Ordem, Pias, Silvares, Sousela, Torno e Vilar do Torno e Alentém. Silvares e Cristelos constituem as freguesias-sede da vila, sede do concelho, embora o perímetro urbano se estenda já às freguesias de Boim e de Pias.



Figura 4 - Mapa administrativo do concelho de Lousada.

Com características geomorfológicas e edafoclimáticas específicas, as condicionantes orográficas impuseram-se como limites naturais do concelho.

“Indissociável do termo administrativo, a orografia do concelho converteu-se, ela própria, em fronteira natural, quando se perfilou em ladeiras que encaixaram os vales, geralmente abertos e aplanados, dos cursos superiores e médios do Sousa do Mezio, propiciando, então, altitudes máximas que frequentemente ultrapassam os 400 metros.” (Nunes, 2008, p. 26)

As bacias hidrográficas do Mezio e, sobretudo do Sousa, condicionaram a fixação humana e a organização e apropriação do território, restando pouco da sua natureza original, denunciando “um ecossistema frágil e sujeito a ameaças importantes, como a poluição, urbanização excessiva ou a eucaliptação e a alteração dos métodos de cultivo” (Planeta Vivo, 2008, p. 13). A paisagem agrícola apresenta bosques originais de carvalhos alvarinhos, frequentemente acompanhados de sobreiros, “muito interessantes do ponto de vista biogeográfico por se encontrarem repletos de elementos característicos das florestas mediterrânicas, devido o facto de o noroeste de Portugal ser uma zona de contacto de duas regiões biogeográficas: a Atlântica e a Mediterrânica” (Planeta Vivo, 2008, p. 67). Na camada herbácea, a variedade de ervas, aromáticas e com propriedades farmacopeicas, apresenta especial interesse.

Apesar da reduzida dimensão dos núcleos de vegetação natural, existe uma grande variedade de “habitats” pelos grandes campos agrícolas de minifúndio, que, “com as suas sebes artificiais de vinha ou naturais de silvas e outros arbustos, obtêm um elevado efeito de ecótono, ou seja, de margem, que servem de refúgio a numerosas espécies” (Planeta Vivo, 2008, p. 77).

Os estudos geológicos do concelho revelaram a existência de três áreas distintas, sendo a mais extensa a dos granitos calco-alcálicos, que ocupa cerca de 75% da área concelhia, enquanto a segunda zona, denominada Complexo Xisto-Grauváquico (Hispaniano), ocupa cerca de 20%, ficando os restantes 5% como área de granitos alcalinos (Moura, 2009, p. 4), ao passo que os xistos, bastante meteorizados, surgem nos cabeços de algumas zonas montanhosas de Lustosa e de Sousela, descendo pela encosta oriental até S. Miguel e Santa Margarida, ficando conhecidos por “lousas vermelhinhas” (idem, idem, p. 5). Foi, aliás, esta última designação que esteve na origem do topónimo Lousada (Moura, 2009, p. 299).

Apresenta um zonamento Bioclimático muito favorável, inserido no domínio atlântico setentrional, caracterizado por contínua nebulosidade e pluviosidade média anual entre 1000mm e 2000mm (Nunes, 2008, p. 29), com maior incidência nas zonas de maior altitude, formando as cabeceiras de linhas de água das duas principais bacias hidrográficas.

Foram identificados vários sítios de interesse natural, com destaque para o Aqueduto de Nevogilde e a área das Cales, em Meinedo.



Figura 5 – Aqueduto de Nevogilde.

A morfologia da paisagem tem reflexos na paisagem agrícola:

“(…) as características biofísicas determinam o uso do solo que, nas áreas menos elevadas, apresenta níveis de fertilidade superiores aos das áreas mais altas. (...) nas primeiras é possível detectar a existência de um numeroso conjunto de explorações agrícolas, onde predominam os campos de milho na Primavera-Verão e os prados de Inverno; nas segundas, para além dos pinheirais e eucaliptais, nas zonas superiores, acrescem os terrenos de mato, a par de algumas leiras cultivadas com cereal e forragem. Às encostas de declive acentuado sucedem, deste modo, as áreas de cultivo parceladas, que as sebes, as árvores e, de forma muito particular, a vinha, não deixam de demarcar.” (Silva, 2008, p. 8)

Os vales férteis levaram à fixação humana desde tempos imemoriais.

“A agricultura primitiva baseava-se na queima de pequenas áreas e consequente utilização dos solos durante algum tempo, até se esgotarem, mudando as populações de lugar e reiniciando este ciclo. A fixação dos povos e a crescente procura de madeira para lenha, habitações, forjas e utensílios, levou a uma degradação progressiva da floresta e, na Idade do Bronze (II milénio a. C.), as populações ter-se-ão fixado nos vales, por serem mais produtivos.” (Planeta Vivo, 2008, p. 47)

Lousada apresenta uma grande vitalidade demográfica, à semelhança do verificado na região do Vale do Sousa desde a década de 1940. Entre 1991 e 2001, o acréscimo populacional situou-se na ordem dos 17%, passando de 38.213 habitantes para 44.172⁴, enquanto registava 48.022 habitantes em 2009 (Marktest, 2010, p. 55) e uma densidade populacional de 506 habitantes por quilómetro quadrado (Marktest, 2010, p. 123).

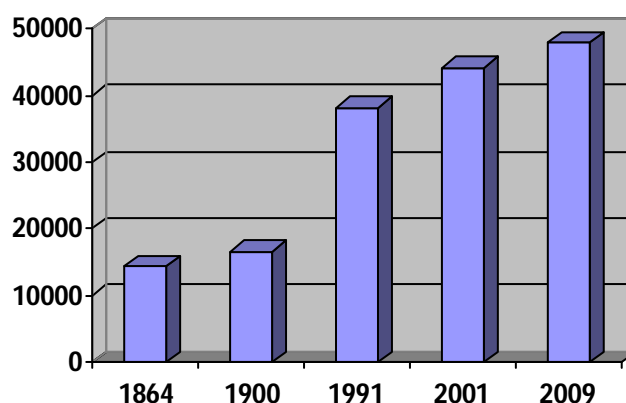


Figura 6 – Evolução demográfica do concelho de Lousada.

Fonte: Moura, 2008, p. 295, e Marktest, 2009, p. 55

A sede do concelho reúne cerca de 10% da população total do município, ou seja, cerca de 5 mil habitantes.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) (Marktest, 2010, p. 8), referentes a 2009, acentuam o peso proporcional dos jovens com menos de 15 anos (19%), o maior de Portugal Continental, para além de apontar Lousada como o território menos envelhecido do país (10,5% de indivíduos com mais de 64 anos), com menor índice de envelhecimento (55 idosos por cada 100 jovens com menos de 15 anos) e dos que apresentam menor dependência de idosos (um rácio de 55 seniores por 100 activos).

Além disso, e segundo ainda os dados do INE, a taxa bruta de natalidade é de 11,1 nascimentos por mil habitantes (na Região Norte a permilagem anda pelos

⁴ O acréscimo é ainda mais significativo se considerarmos que, em 1998, a freguesia de Barrosas (Santa Eulália), a mais populosa do concelho, com cerca de 5 mil habitantes, passou a integrar o recém-criado município de Vizela.

8,7) (Marktest, 2010, p. 23) e a taxa de crescimento natural, de 0,5%, é a segunda mais elevada de Portugal (idem, idem, p. 30), enquanto a taxa de crescimento efectivo situa-se nos 0,63% (idem, idem, p. 123), bem acima dos 0,10% do país e do crescimento nulo da Região Norte, para não falar na evolução negativa no Tâmega, em cujo núcleo territorial Lousada se integra.

O mercado de trabalho atravessa actualmente uma crise profunda: “o emprego tem vindo a diminuir, as qualificações escolares dos trabalhadores são muito deficitárias, as actividades dominantes são de carácter intensivo em mão-de-obra e tradicionais, sem grandes avanços tecnológicos nem actividades intensivas em saber ou nas tecnologias de informação e comunicação” (Rede Social, 2009, p. 10).

O uso de solo em ocupação urbana é o mais representativo, ocupando 2 971,2 ha da área total do concelho, sendo 72 ha do solo para equipamentos de parques urbanos, 229,8 para fins industriais e 9,8 ha para o turismo (Rede Social, 2009, p. 12). Uma das características dominantes relaciona-se com a manifesta incidência de processos difusos de urbanização: “os principais centros urbanos, assim como outros espaços de especialização produtiva, organizam um território dinâmico, em transformação, mas cujos traços de ruralidade que também o caracterizam se vão mantendo” (Rede Social, 2009, p. 14).

A rede de acessibilidades confere ao concelho enorme centralidade (auto-estradas A11 e A42, via rápida de ligação à A4, rede capilar de estradas municipais e regionais, e linha de comboios suburbanos do Grande Porto):

“A rede de acessibilidades encontra-se estruturada em torno de um corredor bimodal, orientado no sentido Este-Oeste, formado pela A4/IP4 e pela Linha do Douro. O eixo rodoviário é a principal via de comunicação inter-regional: a Oeste, permite a ligação ao Porto, respectiva área metropolitana e à auto-estrada do Norte; a Este possibilita a conexão ao interior Norte e à fronteira. Para além deste corredor bimodal, importa relevar a A42/IC25 (ligação à A3, no nó de Ermesinde) e a A11/IP9 (ligação à A7/IC5, no sentido de Felgueiras), ambas conectadas à A4/IP4.” (Rede Social, 2009, p. 14)

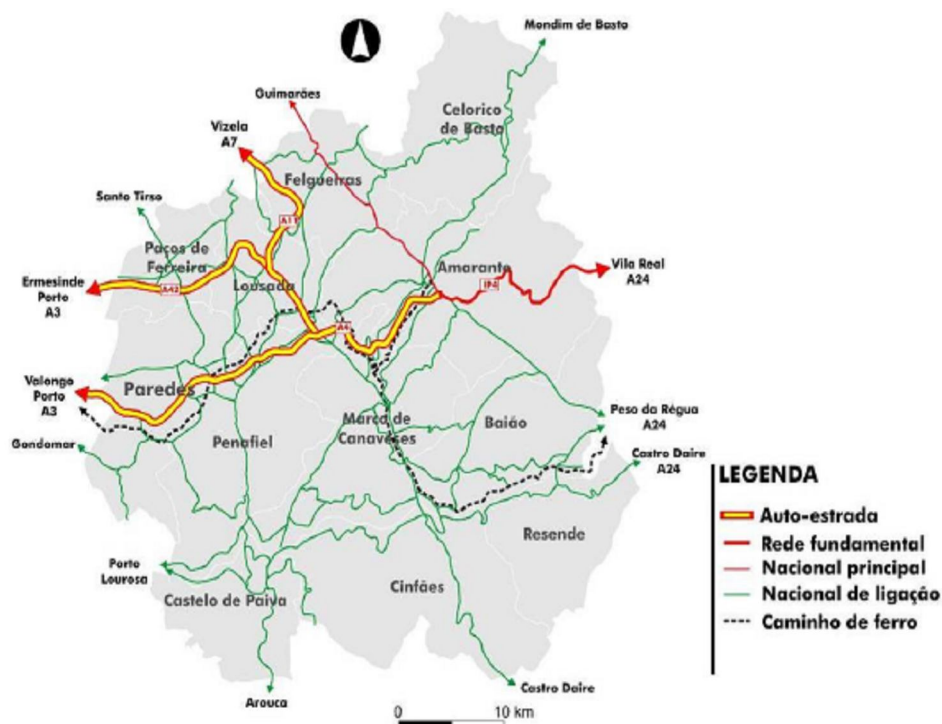


Figura 7 – Mapa rodoviário da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega.

A datação comprovativa da ocupação humana no actual concelho deverá remontar à passagem do nomadismo à sedentarização, provavelmente já durante o Neolítico Final, “conforme se depreende pela presença, nas Chãs da Serra dos Campelos (...), de uma Necrópole megalítica, originalmente composta por 17 mamoadas e integrando diferentes tipos de monumentos funerários, que podem ir desde os túmulos megalíticos propriamente ditos às cistas, «megalíticas» ou não” (Nunes, 2008, p. 39), último testemunho dos povoados correspondentes àquelas comunidades agro-pastoris.

Seguramente já durante a segunda e terceira fase da designada cultura castreja surgem diversos povoados da Idade do Ferro, talvez entre os séculos II e I a. C. (Nunes, 2008, pp. 41-42), nomeadamente os Castros do Pinouco, de Meinedo, S. Miguel, Monte Pedroso e Nevogilde, e os Castros do Bufo, de Santa Águeda e de S. Gonçalo. No entanto, na possível organização hierárquica destes povoados, aparece com maior afirmação o Castro de S. Domingos, “certamente o maior e mais importante povoado desta região, [com] um certo grau de dominância, cuja real dimensão, no entanto, ainda não se afigura totalmente clara em termos culturais e arqueológicos” (Nunes, 2008, p. 44).



Figura 8 – Castro de S. Domingos, em Cristelos.

Com a implantação da *pax romana* nasceram aglomerados urbanos na periferia dos antigos castros, sobressaindo a casa romana no sopé do Monte de S. Domingos, a Lagareta de Alentém e o assentamento identificado no perímetro entre a actual Quinta dos Padrões e a Igreja de Meinedo. Sendo escassos os vestígios que permitem identificar a ocupação na Alta Idade Média, abra-se honrosa excepção precisamente para Meinedo (Magnet), que alcança o estatuto de sede de Bispo no século VI, com o prelado Viator a participar no 2º Concílio de Braga, em 572, em plena época sueva (Moreira, 1963, p. 93).

Tal como salienta a Carta Arqueológica de Lousada,

“são relativamente abundantes e de substantivo valor arqueológico os vestígios conotados com a época suevo-visigótica em Meinedo, situação que sugere uma intensa e continuada ocupação deste espaço, embora com uma considerável redução da área ocupada, que, em nossa opinião, deverá corresponder a cerca de um quarto do território do primitivo *vicus romano*” (Nunes, 2008, p. 47).



Figura 9 – Igreja românica de Meinedo.

Com a invasão muçulmana e posterior Reconquista, Lousada inscreve-se no território da Anégia, cuja fundação é datável cerca de 870, nos primeiros anos do reinado de Afonso III das Astúrias, contemporânea das presúrias de Portucale e Coimbra, e dos primeiros sinais de uma dinâmica populacional na área ocupada (Lima, s/d, 399). A Anégia, que apresenta como última referência documental o ano de 1185 (idem, idem, p. 401), corresponderia, grosso modo, ao actual Vale do Sousa e Baixo Tâmega:

“O que denominamos por Anégia compreende toda a parte da diocese situada ao norte do Douro e a este da serra da Agrela. Na realidade, a Anégia, região muito vasta e com limites mal definidos, transpunha a margem sul do Douro e devia disseminar-se mais tarde em numerosas “terras”. No séc. XIII, compreende os arcediagos de Aguiar, Penafiel, Meinedo, Gouveia, Benviver, Baião e Penaguião. Muito montanhosa, é atravessada por dois grandes afluentes do Douro, o Sousa e o Tâmega.” (Mattoso, 1968, p. 56)

Após a reconquista de Coimbra, em 1026, o Rei Fernando Magno procede a uma primeira divisão administrativa, surgindo Lousada integrada na 7ª *colatione* da província de Entre Douro e Minho, denominada Condado de Sousa (Lopes, 2004, p. 28). Já nos primeiros séculos da monarquia lusitana, o condado estava dividido em distritos e circunscrições, chamadas *terras* para fins de administração civil e militar, entrando Lousada na *terra de Sousa*, área jurisdicional delimitada à bacia hidrográfica do rio Sousa (idem, idem, p. 31). É precisamente nesta época, século XII, que aparecem as primeiras referências à terra de Lousada, “entre os rios Sousa e Mesio, na extrema dos *territória* de *Anégia* e *Bracara*, à custa dos quais se

formou" (Lima, s/d, p. 403), por compartimentação do extenso território da Anégia em distritos ou circunscrições de menores dimensões. Lousada incorporava então a designada Terra de Sousa, que englobava uma área entre os vales dos rios Tâmega e Ferreira, cuja "*tenência e alcaidaria (...) caberá aos Sousas, família nobre com origem na região de Basto, que terá na região do Alto Sousa a sua área de expansão para Sul, em direcção ao vale do Douro*" (Nunes, 2008, p. 53).

D. Gomes Egas de Sousa, governador de Entre Douro e Minho, filho de D. Gomes Achiegas (fundador do Mosteiro de Pombeiro), foi o primeiro a tomar o apelido de Sousa, por nascer e ter sido criado na quinta de Novelas, na altura pertencente a Lousada, consagrando uma prática ainda pouco comum a essa data (Machado, 1932, p. 63). Como refere José Mattoso (1988b, p. 161), D. Gonçalo Mendes, o *Sousão*, foi mordomo-mor do rei D. Afonso Henriques, enquanto seu filho, D. Gonçalo Mendes de Sousa II, desempenhou as mesmas funções por duas vezes no reinado de D. Sancho I (Pizarro, 1997, p. 210). Na freguesia do Torno, os Sousas possuíam outro solar (Moura, 2009, p. 37). Deram origem a famílias notáveis, como a de Soverosa, cujo primeiro membro foi Gil Vasques, rico-homem das cortes de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II, tenente de Basto, de Sousa, de Barroso, Panóias e Montalegre. Teve um vasto património na sua maioria herdado por via materna (Teresa Gonçalves de Sousa, casada com Vasco Fernandes Cativo). A maior parte dos seus bens situava-se na área de influência territorial dos Sousas (Pizarro, 1997, pp. 806-807).

A primeira doação de bens situados em Lousada tem a data de 1131: a do couto e igreja de Meinedo, que fora antigo mosteiro e depois de monges crúzios, feita por D. Afonso Henriques a D. Hugo, bispo do Porto (Azevedo, 1958, pp. 153-154 e Lopes, 2004, p. 253). A confirmação papal foi feita por Honório, em 1227 (Lopes, 2004, p. 255). Em 1341, o rei D. Afonso IV confirmou à Mitra a jurisdição cível do couto (Lopes, 2004, p. 260).

Egas Moniz também possuía vários padroados. Em Março de 1147 doou ao Mosteiro de Paço de Sousa quatro casais em Nogueira e parte do padroado da igreja (Pimenta, 1942, p. 8).

Outra família influente foi a dos Leitões, de linhagem muito antiga, com haveres situados em várias freguesias. Martim Leitão de Lodaes, cavaleiro muito ilustre

“teve este nome por morar na quinta de Lodaes” (Silva, 2000, p. 205), em cuja terra era padroeiro da igreja de Santa Marinha.

As Inquirições de D. Afonso II referem as honras de Meinedo e de Vilar, e nas Inquirições de D. Afonso III surge com vastas propriedades a poderosa família de Riba Vizela, com D. Martim Gil ligado à “Torre dos Mouros”, como é popularmente conhecida a construção fortificada na freguesia de Vilar do Torno, agora integrada na Rota do Românico, datada entre 1258 e 1306 (Oliveira, 2006, p. 79).



Figura 10 – Torre de Vilar.

As políticas de centralização do poder real nos séculos XIII e XIV, que levaram ao esgotamento do poder dos senhorios e à criação dos *juízos*, originaram uma redistribuição das actuais freguesias do concelho por vários *termos* e *juízos*:

“Em 1220, nas Inquirições de D. Afonso II, Lousada surge-nos como *termo*, apenas com 7 freguesias, enquanto nas Inquirições de Afonso III, em 1258, aparece como *juízo*, com 14 freguesias. Nas Inquirições de D. Dinis de 1308 mantém-se como *juízo*, com 13 freguesias”. (Nunes, 2008, p. 61)

Esta instabilidade administrativa e consequente indefinição de fronteiras manteve-se praticamente até ao Liberalismo.

Em 1372 o Rei D. Fernando doou Lousada ao seu cunhado, D. Afonso Teles de Meneses, Conde de Barcelos. Como este fidalgo tomou o partido da irmã, D. Leonor Teles, na Guerra com Castela e morreu na batalha de Aljubarrota, Lousada voltou para a posse do novo Rei, D. João I, que a transmite ao Condestável, D. Nuno

Álvares Pereira. Este, por sua vez, entrega o senhorio à sua neta, D. Isabel, que o trocou com seu irmão, D. Fernando, “por um escambo celebrado em Coimbra a 4 de Novembro de 1424, autorizado por carta do rei D. João I da mesma data, e mais tarde confirmado por D. Duarte” (Freitas, in Nóbrega, 1959, [Prefácio]).

Quando D. João II mandou matar o Duque de Bragança, D. Fernando II, as terras passaram para Fernão de Sousa, fidalgo do conselho do Rei (Lopes, 2004, p. 40), mas com D. Manuel I voltam à posse da Casa de Bragança, cujo 4º Duque, D. Jaime, as vende a seu primo, D. Francisco de Portugal, 1º Conde de Vimioso (idem, idem, idem).

D. Manuel I concede, então, a 17 de Janeiro de 1514, o Foral a Lousada, extensivo a Romariz, ao reguengo de Boim e a alguns casais de Meinedo (idem, idem, p. 114), enquanto outras freguesias surgem contempladas nos forais de Aguiar de Sousa (Casais e Nevogilde, 1513), de Santa Cruz de Ribã Tâmega (Caíde de Rei, 1513), do Unhão (Meinedo, 1515) e de Soverosa (Sousela, 1519), concedidos pelo mesmo monarca (Lopes, 2004, pp. 123-142). A afirmação da autonomia municipal é reforçada com a construção do Pelourinho, provavelmente no século XVI (Sousa, 2000, p. 48), elevado ao estatuto de Monumento Nacional em 16/6/1910.



Figura 11 – Pelourinho, na Vila.

Entretanto, encontramos referência a cartas de foro concedidas por D. Afonso III a casais em Pias (1265), Silvares e Alvarenga (1272), bem como informação sobre

cartas de foro emitidas por D. Pedro I a casais de Meinedo (1357) e por D. João I a casais em Meinedo e Boim (1432).

Dos séculos XVII a XVIII, já como concelho, a administração pertenceu a uma câmara, constituída por um juiz, vereador e um procurador, eleitos localmente com mandato anual, saídos dos membros da aristocracia rural:

“Em Lousada, o topo da hierarquia era ocupado por uma aristocracia local que, vivendo dos rendimentos das suas terras, tinha disponibilidade para participar de uma forma activa no poder municipal, de acordo com as tradições, as relações de força e os arranjos locais. Numa sociedade profundamente marcada pela ruralidade, esse grupo social era o único que preenchia as condições para o desempenho das funções concelhias, embora, compreensivelmente, isso não se mostrasse tão atractivo como nos concelhos de maiores dimensões”. (Silva, 2008, p. 36)



Figura 12 – Casa da Lama, em Lodaes.

Apesar desta discrição, comparativamente a aglomerados de maior protagonismo, o exercício do poder confirmava o domínio das casas senhoriais laicas e eclesiásticas (sobretudo do Mosteiro de Bustelo, com imenso património fundiário) na organização social e económica do Antigo Regime.

A reorganização administrativa de Passos Manuel conduziu à extinção do concelho (1836), com as freguesias repartidas pelos municípios limítrofes, mas a restauração deu-se logo a seguir, em 17 de Abril de 1838, incorporando 23 freguesias. Dois anos depois, era criada a comarca, e a 13 de Maio de 1842, a

Rainha D. Maria II elevou a povoação de Torrão à categoria de Vila, com o nome de Lousada (Silva, 2008, p. 43).

Ao longo do século XIX, com a extinção dos concelhos de Barrosas, do Unhão e de Santa Cruz de Riba Tâmega, e consequentes ajustamentos territoriais, Lousada estabilizou em 27 freguesias, mas, em 1904, Alentém é incorporada em Vilar do Torno.

A implantação da República deu-se sem sobressaltos de maior e em 1913 era inaugurada a linha de caminho-de-ferro de Penafiel à Lixa, de duração efémera, devido às convulsões da 1ª Grande Guerra, a falta de matérias-primas, o endividamento da Companhia e o desinteresse da administração central.



Figura 13 – Manobras de comboios na vila de Lousada.

Em 1927, com a instauração da Ditadura Militar, a extinção da comarca provocou grande descontentamento, e a recuperação da autoridade judicial só viria a ser consagrada em 1962 (Silva, 2008, pp. 44-45).

Até 25 de Abril de 1974, as casas senhoriais continuaram a manter representatividade na presidência e vereação da Câmara Municipal, fruto de uma organização económico-social marcada pela ruralidade, quase total ausência de industrialização e elevadas taxas de analfabetismo.

“A maioria da população vivia na dependência directa dos maiores proprietários, como seus enfiteutas, arrendatários ou assalariados, necessitava dos seus favores e da sua benevolência. No século actual, as transformações do sector agrícola, de um modo geral, com a mecanização da agricultura, o declínio da importância do sector a nível global, a emigração, enfraqueceram substancial e progressivamente estas relações de subordinação. A maioria da população activa masculina trabalha hoje fora, em especial

no sector das obras públicas e da construção civil, na região, por todo o país e mesmo no estrangeiro. (...) A pluriactividade é uma característica de uma grande parte dos grupos domésticos locais." (Sobral, 1995, p. 297).

Com a instauração do poder local democrático, o alargamento da escolaridade obrigatória, a construção de infra-estruturas e a implantação de unidades industriais de capital estrangeiro, sobretudo nos ramos da confecção de vestuário e do calçado, o concelho conheceu grande prosperidade. A marca "Kispo", que substantivou o anoraque, peça de vestuário para o frio e a chuva, empregou centenas de trabalhadores e originou a criação de muitas empresas satélites, aumentando substancialmente as condições de vida da população. Ocupando sobretudo mão-de-obra feminina, a industrialização revolucionou, também, conceitos de ordem familiar, social e cultural.

Em 1998, a desanexação da freguesia de Barrosas (Santa Eulália) para o recém-criado município de Vizela estabeleceu, finalmente, o concelho de Lousada com 25 freguesias.

A nível eclesiástico, após repartição pelas dioceses de Braga e do Porto, e da intromissão, entre 1770-1778, da efémera diocese de Penafiel, as paróquias de Lousada fixaram-se em definitivo na diocese portugalense a partir de 1882 (Moura, 2009, p. 358).

Actualmente Lousada é um concelho jovem, dotado de equipamentos culturais (Auditório, Biblioteca e Espaço de Artes e Juventude) e desportivos de qualidade (Complexo Desportivo com Estádio de Hóquei em Campo, campos relvados e campos de ténis, que só em 2010 acolheu cerca de 250 mil praticantes; Piscinas, Eurocircuito e pavilhões polidesportivos), de um crescente número de estabelecimentos de educação e ensino e efectuando agora uma elevada aposta no Turismo. A capacidade empreendedora das suas gentes poderá ser um factor decisivo para a superação dos constrangimentos suscitados pela crise do país, também aqui sentida, nomeadamente pelo número crescente de desempregados.



Figura 14 – Planta do Complexo Desportivo.

Em vésperas das comemorações dos 170 anos de elevação a Vila (título que os seus habitantes orgulhosamente gostam de apresentar), dos 100 anos da chegada do caminho-de-ferro à Vila e dos 500 anos de atribuição de Foral, o presente trabalho de investigação conquista especial oportunidade, ajudando a conhecer ou a recapitular muitos dos factos e figuras que ajudaram a construir a sua História.

Capítulo 4 - Enquadramento histórico da Biblioteca Municipal de Lousada

O debate para a instalação de uma biblioteca pública em Lousada começou a ser despoletado em princípios da década de 1950, numa pequena, mas peremptória, notícia publicada no “Jornal de Lousada” de 20 de Janeiro de 1951, página 2:

“Difícil será encontrar actualmente uma Vila, sede de concelho, que não possua uma biblioteca pública para recreio daqueles que preferem este proveitoso divertimento ao prejudicial vício do jogo ou da taberna. Em Lousada nota-se essa falta, por incúria ou desleixo daqueles que tinham obrigação de a suprir. Não se diga que tal melhoramento lutaria com a escassez de leitores. Não... e a comprová-lo está a visita que nos fez a Biblioteca Ambulante do S. N. I. [Serviço Nacional de Informação] que durante o tempo que permaneceu nesta Vila registou um apreciável movimento.”

O mote estava lançado e deve ter conhecido algum impacte, porque, duas semanas volvidas, em 3 de Fevereiro de 1951, o mesmo jornal publica um artigo de fundo, assinado por José Dinis, que recupera a argumentação, não deixando, contudo, de tecer várias considerações pertinentes:

“(...) a criação duma biblioteca pública é um problema que, somente, pode ser efectuado pelos interessados que se devam a cooperar com o município, porque não basta, só, a cedência duma qualquer sala do edifício dos Paços do Concelho ou alugar-se qualquer propriedade que reúna os resquitos para tal fim.”

Depois de recordar que o fundo documental das principais bibliotecas do país era constituído por livros pertencentes às extintas ordens religiosas, evocou o esforço do Estado e de algumas Câmaras na aquisição de obras e lançou um apelo veemente a todos lousadenses para oferecerem livros, contribuindo para a organização de uma colecção que, posteriormente, poderia ser reforçada com legados, ofertas e aquisições. E lança uma observação que nos remete para uma surpreendente actualidade, ao sublinhar a importância de “evitar que a mocidade perca tão longas horas em leituras de resultados desportivos, que, afinal, só são

proveitosas para os seus corifeus" (Dinis, *Jornal de Lousada*, 3 Fevereiro 1951, pp. 2 e 4).

O debate prosseguia. A 3 de Março, o responsável pela secção literária do mesmo periódico, Orlando de Sotto-Mayor, considerou "vergonhoso que uma terra com as aspirações de Lousada ainda não tenha uma biblioteca pública para recreio e estudo de seus filhos" (Sotto-Mayor, *Jornal de Lousada*, 3 Março 1951, p. 1). E, secundando a pretensão de José Dinis, manifestou "tristeza e mágoa", acusando os responsáveis autárquicos de desinteresse e incúria, lançando outro apelo inflamado:

"Ataquemos o problema e ergamos a obra. Não nos deixemos abater por marasmos e falsas concepções. Haja uma vontade sólida e tudo será fácil. Lousada precisa de uma biblioteca. Façam-lhe a vontade. Dê-se-lhe a biblioteca." (Sotto-Mayor, *Jornal de Lousada*, 3 Março 1951, p. 1)

Não deram, o que suscitou do mesmo autor, sete meses depois, nova intervenção, dando conta de alegado desinteresse das autoridades locais, não obstante ele próprio garantir ter recebido várias cartas incitando à iniciativa, referindo, expressamente, o nome de Vaz-Osório da Nóbrega [futuro autor de "Pedras de Armas do Concelho de Lousada" e de "Heráldica de Família do Concelho de Lousada"]. Reiterando o apelo a dádivas ("se cada lousadense dispuser de dois livros facilmente poderemos dar início à ideia"), sublinha que "ter uma biblioteca é o anseio de todas as pessoas que se prezam da instrução que receberam da Escola, que se prezam de enriquecer a soma dos seus conhecimentos culturais e artísticos" (Sotto-Mayor, *Jornal de Lousada*, 13 Outubro 1951, p. 1).

Volvidos dois anos, é novamente José Dinis que volta a carga. Tomando como ponto de partida a intenção do Governo de "atacar o vexatório analfabetismo", destaca os contributos da leitura pública para a sua erradicação:

"Com efeito, a biblioteca municipal muito viria influir no ensino de todos aqueles que consideram um grande opróbrio a falta de luz, derramada pelas letras do sublime

alfabeto em todos os cérebros humanos." (Dinis, Jornal de Lousada, 14 Março 1953, p.

1)

Exortando novamente as autoridades da terra a empreenderem a iniciativa, e lançando outra vez o apelo para a oferta de obras, salientou o papel que os párocos das diferentes freguesias poderiam desempenhar, incitando os paroquianos a oferecerem "os livros de que não fizessem uso ou, mesmo, que os desejassem entregar". E termina com a importância da leitura para a ocupação de tempos livres da juventude, salientando

"(...) o facto da mocidade ir, ali, passar as suas horas de folga, colhendo bons aproveitamentos, e não desperdiçar o tempo em cavaqueiras por agremiações ou lugares em que não colha senão animosidades motivadas em discussão ou pareceres contrários à sua índole." (Dinis, Jornal de Lousada, 14 Março 1953, p. 1).

Em 4 de Dezembro de 1954, o inconformado José Dinis, num texto, publicado no mesmo periódico (pp. 1 e 4), dirigido e intitulado "À nova vereação", elencando as principais carências do concelho, volta a afirmar que, se "uma Biblioteca Municipal for estabelecida, terá o aplauso de todos os munícipes". E, já na edição de 3 de Setembro de 1955, p. 1, recuperando toda a argumentação precedente, conclui:

"(...) bom seria que o digno presidente do município de Lousada, sr. Henrique Leite, de acordo com os seus colegas de vereação, tomasse a deliberação de constituir-se uma biblioteca municipal, dignificando-se, assim, a honrosa missão que vem exercendo, tão devotamente, com o aplauso geral de todos os munícipes."

Mas a ideia não germinou, e foi preciso esperar pelo serviço itinerante da Fundação Calouste Gulbenkian para os lousadenses, finalmente, terem acesso à leitura pública.

No início da década de 1980 começa a desenrolar-se um novo processo, com a Associação Museu-Biblioteca. Criada por escritura pública de 10 de Fevereiro de

1983, tinha por objecto “a defesa do património cultural e artístico e a divulgação da cultura, muito especialmente através do livro e do museu”, apontando como um dos objectivos “promover o estudo, investigação, recolha, conservação, exposição, divulgação e protecção do património arqueológico, etnográfico, artístico e histórico do concelho de Lousada” (Associação Museu-Biblioteca de Lousada, 1983, s/n).

O semanário regional “Terras do Vale do Sousa”, fundado no ano anterior, reagia em editorial ao acontecimento, repetindo o apelo do seu congénere “Jornal de Lousada”, 32 anos antes, para a população proceder à oferta de livros (Terras do Vale do Sousa, 15 Fevereiro 1983, p. 1).

A nóvel associação elegeu o Coronel Augusto Soares de Moura para presidente da Direcção e a 21 de Julho de 1984, com a presença do Governador Civil, Dr. Mário Cal Brandão, e do Delegado Regional da Secretaria de Estado da Cultura, o lousadense Rui Feijó, eram inauguradas as instalações, no devoluto edifício do antigo Tribunal, onde, após obras de adaptação, funciona actualmente a Câmara Municipal. O espaço era apenas uma sala de leitura, com acervo constituído por fundo oferecido pelo “Jornal de Lousada”, ofertas particulares e da Câmara Municipal, e uma sala de exposições temporárias, ficando a parte do museu com uma exposição permanente sobre o ciclo do linho.

Até ao final da década de 1980, a par de algumas iniciativas culturais, designadamente conferências e exposições documentais, a Associação viu reforçado o seu fundo documental com ofertas da Secretaria de Estado da Cultura e da Imprensa Nacional Casa da Moeda, e por aquisições suportadas por subsídios atribuídos pela Câmara Municipal.

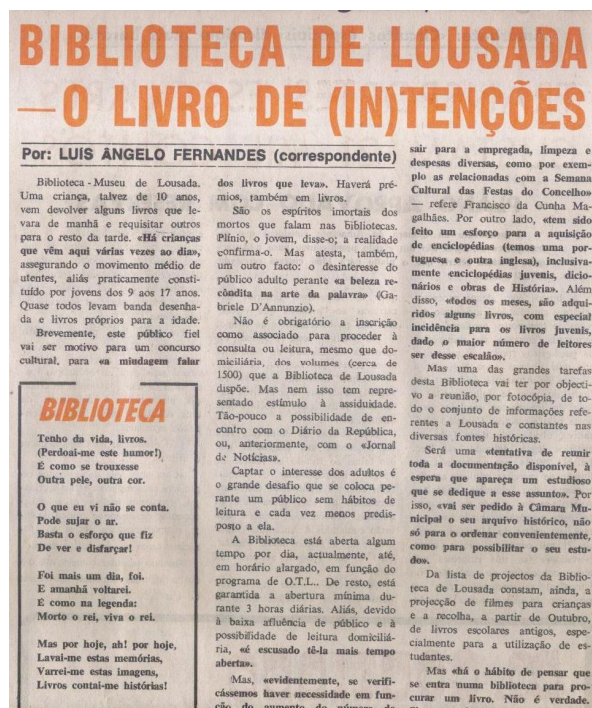


Figura 15 - Jornal "Repórter do Marão", 12 Setembro 1986, p. 5.

Em 1986 a Associação recebeu 300 contos (1.500 euros), mais 100 contos (500 euros) do que no ano anterior, mas as despesas incluíam o pagamento a funcionária, limpeza e encargos diversos, como a Semana Cultural das Festas do Concelho ("Repórter do Marão", 12 Setembro 1986, p. 5). Francisco Victor da Cunha Magalhães, na altura dirigente da colectividade, referia o esforço realizado na aquisição de obras de referência, enciclopédias juvenis e obras de literatura infantil, dada a predominância de público jovem, entre os 9 e os 17 anos de idade (idem, idem, ibidem). Nessa altura, a Biblioteca, com um fundo documental de cerca de 1.500 volumes, apresentava um horário de funcionamento de três horas diárias, mas Francisco Magalhães admitia o prolongamento do horário caso notasse um aumento de afluência, na altura bastante reduzida, mesmo disponibilizando o "Jornal de Notícias", o "Diário da República" e o serviço de empréstimo.

De acordo com o mesmo dirigente, um dos projectos era o enriquecimento do Fundo Local, através da reunião, por fotocópia, de informações históricas referentes à História de Lousada, numa

“tentativa de reunir toda a documentação disponível, à espera que apareça um estudioso que se dedique a esse assunto. Vai ser pedida à Câmara Municipal o seu arquivo histórico, não só para o ordenar convenientemente, como para possibilitar o seu estudo” (“Repórter do Marão”, 12 Setembro 1986, p. 5).

No entanto, a intenção não teve sequência, até porque a mudança de executivo municipal, decorrente das eleições autárquicas de 1989, trouxe consigo uma nova política de leitura pública. As instalações foram ocupadas pelos serviços técnicos camarários e todas as colecções, incluindo o arquivo, embora incompleto, do “Jornal de Lousada”, fundado em 1907, transferidas para o antigo matadouro municipal, no Largo da Feira, que, posteriormente, veio a ser demolido. Eram já cerca de 5 mil volumes, entre quais o vasto legado do jornalista do “Diário de Notícias” Mello Lapa. Tal como o previsto nos estatutos, com a assunção pelo Município do processo de instalação da biblioteca, a Associação dissolveu-se.

Já sob a designação de Biblioteca Municipal, o acervo bibliográfico transitou então para um apartamento na Rua Pinto de Mesquita, instalações provisórias visitadas pelo então Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, em 2 de Novembro de 1998, e, em Setembro do ano seguinte, para a sede da Associação de Cultura Musical, onde actualmente funciona o Conservatório do Vale do Sousa, com uma Sala Infanto-Juvenil, uma Sala de Periódicos, duas para leitura geral e um espaço reservado às secções multimédia.

No ano de 2001, a Biblioteca encerrou ao público a fim de preparar a sua instalação definitiva, na antiga escola primária Adães Bermudes, devidamente adaptada para o efeito, na sequência do contrato-programa assinado em 3 de Março de 1999 entre a Câmara Municipal e o então Instituto Português do Livro e da Biblioteca. O investimento total ascendeu a 1,13 milhões de euros, dos quais 250 mil euros foram destinados ao reforço do fundo documental. A reabertura deu-se no Verão de 2002 e a inauguração em 12 de Setembro de 2003, presidida pelo então Ministro da Cultura, Dr. Pedro Roseta.



Figura 16 – Biblioteca Municipal de Lousada.

As instalações repartem-se por três pisos. O piso à cota soleira integra a recepção e um átrio que abre para todas as salas. À direita, a Sala Infanto-Juvenil Mello Lapa e gabinetes técnicos, e à esquerda, depois do gabinete da bibliotecária, a Sala de Leitura José Dias (homenageado devido a importante doação realizada), onde se encontra a secção de periódicos, obras de referência e Fundo Local, para além de todas as classes da CDU, com excepção da Literatura. O acesso ao piso inferior permite encontrar a segunda Sala de Leitura, acolhendo a secção de Literatura, Sala de Invisuais, secção multimédia e o depósito, que armazena obras menos solicitadas, de maior valor ou ainda sem tratamento. O segundo piso é composto por bar, sala de exposições e auditório com lotação para 150 espectadores.



Figura 17 – Área de Fundo Local da Biblioteca Municipal de Lousada.

A Biblioteca, integrada na Rede de Leitura Pública desde Setembro de 2003, desenvolve uma importante actividade em vários domínios. No sector externo cultural e educacional é assegurado o apoio técnico presencial nas 18 bibliotecas escolares concelhias, dos jardins-de-infância à Escola Secundária, onde, além da integração na rede de bibliotecas escolares, é garantido o tratamento documental das colecções. Uma das originalidades deste serviço sobressai por não constituir uma atribuição da Biblioteca Municipal, cuja responsabilidade, neste âmbito, está limitada ao 1º ciclo, “mas cuja perspectiva abrangente permitiu unificar procedimentos e coordenar iniciativas em todos os níveis de ensino” (Vilar, 2010, p. 16).

Já a dinamização dos espaços surge integrada no projecto anual de leitura: duas técnicas – de animação sociocultural e de educação de infância – trabalham directamente com os alunos do 3º e 4º anos de escolaridade em competências de literacias da informação, em articulação com os professores titulares de turma, numa acção que, recentemente, se estendeu a turmas do Centro de Novas Oportunidades e a grupos do Movimento Sénior.

O Bibliomóvel, biblioteca itinerante para os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo, proporciona um serviço adicional, favorecendo sobretudo as zonas mais afastadas da sede do concelho.

Outra das actividades merecedoras de especial enfoque é os Biblioespços: conjuntos de espécies documentais distribuídos por cafés, associações culturais, cabeleireiros, restaurantes e Piscinas Municipais, com acervo mensalmente renovado e com possibilidade de sistema de empréstimo, funcionando na prática como extensões da própria Biblioteca.

A nível de animação cultural saliência para a realização de sessões de formação e projectos de itinerância da Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas, “workshops”, ateliês e acções de sensibilização, lançamentos de livros, sessões de poesia, exposições, concertos e conferências.



Figura 18 – Desdobrável com serviços da Biblioteca Municipal de Lousada.

O Fundo Local é constituído por livros e algum material multimédia, publicações periódicas, cartazes e livros de várias classes e de temáticas: generalidades (classe 0), ciências sociais (classe 3), literatura – romance, poesia, teatro (classe 8) e monografias e biografias (classe 9), num total de cerca de cinco centenas de exemplares com acesso público.

A nível de sectores e serviços, poderemos, então, distribuir a organização da Biblioteca Municipal de Lousada do modo que seguidamente se explicita.

A Direcção Executiva assume a coordenação geral dos recursos humanos, gestão orçamental, coordenação técnica, desenvolvimento e gestão de projectos, orientação de estágios, formação técnica interna e avaliação de resultados. O sector da Documentação encarrega-se da selecção, aquisição, registo, carimbagem/bandas magnéticas, catalogação, classificação, indexação, cotação, arrumação e gestão de base de dados. O serviço de Leitura e Empréstimo integra a Sala Infante-Juvenil Mello Lapa, Sala de Leitura José Dias, Sala de Leitura de Literaturas, Sala de Leitura Especial, Multimédia, Bibliomóvel e Biblioespaços. A Sala de Leitura Especial dispõe de equipamento informático específico para deficientes visuais e ensino para a sua utilização, ensino de escrita Braille, catalogação de documentos Braille e documentos convencionais e acções de

divulgação da área de Leitura Especial. No Atendimento Geral são prestadas informações gerais, a inscrição manual de utilizadores, gestão-base de utilizadores com informatização das fichas de inscrição, serviço de fotocópias, correio, serviço de leitura e empréstimo. Os Serviços Administrativos asseguram ofícios, informações e aprovisionamento. No sector de Extensão Cultural e Educativa, é garantido o planeamento e execução de actividades de animação cultural, de promoção de literacias, elaboração de guias de utilizador e de guias explicativos dos diferentes serviços, execução de materiais de promoção das actividades desenvolvidas, concepção da biblioactividade mensal, montagem de exposições e organização de formações, concertos, lançamentos de livros e conferências. Finalmente, no Apoio a Bibliotecas Escolares (BE), são elaborados projectos para BE, selecção e aquisição de documentos, instalação de mobiliário e de equipamentos, tratamento documental, elaboração e colocação de sinalética, apoio na informatização de documentos, formação técnica documental, animação e promoção da leitura.

A este leque de serviços e de oportunidade correspondem cerca sete mil utilizadores inscritos.

Por conseguinte, foi lento, mas decisivo, o caminho trilhado para a criação de uma biblioteca pública em Lousada.

Capítulo 5 - Destinatários

Os destinatários principais deste projecto de intervenção serão a comunidade local e regional, curiosos, investigadores, técnicos camarários a quem o projecto poderá auxiliar em trabalhos ou actividades locais e a generalidade de interessados sobre assuntos da História local.

Verifica-se, hoje em dia, uma abordagem global e interdisciplinar que tem contribuído para a diversificação de fontes e instrumentos de pesquisa (Pensato, 1984, p. 21). Na verdade, “os protagonistas da pesquisa histórica local já não vêm exclusivamente das fileiras dos historiadores, mas, também, da antropologia cultural, etnologia, sociologia, planeamento urbanístico, arquitectura, do meio artístico e literário, até da semiologia” (Pensato, 1984, p. 17).

No entanto, um Fundo Local não se destina exclusivamente a investigadores, funcionando “ao mesmo tempo como memória viva e fonte de informação actual sobre a vida corrente da comunidade” (Nunes, 2001, p. 3). Por outro lado, “a estreita relação entre a biblioteca e o território induz a considerá-la como arquivo natural da produção documental local e, mais extensamente, da recolha documental da realidade local, seja como memória histórica, seja como informação actual” (Pensato, cit. por Nunes, 2001, p. 4).

Os professores e alunos dos diferentes graus de ensino surgem, igualmente, como potenciais destinatários. Por um lado, devido aos conteúdos curriculares apontarem para o estudo da história local; por outro, pelas práticas pedagógicas dos estabelecimentos de ensino do concelho privilegiarem bastante o aprofundamento desse estudo, confirmando a análise de Nunes (2010, p. 319), segundo a qual se manifesta a “preocupação da Escola em contribuir para a identificação cultural e a inclusão social”. Com efeito, nos últimos anos, assiste-se a um crescente interesse pela História Local, através da realização de inúmeros projectos de investigação tendo por objecto o estudo de realidades locais e regionais, envolvendo o recurso a novas práticas e metodologias, suscitando a abordagem de novas problemáticas que poderão alcançar um aproveitamento didáctico estimulante.

Na verdade, e este é um terceiro aspecto, porque aprender assuntos “da terra” surge como motivação adicional. Como observa Pensato (1984, p. 20), “do ponto de vista propriamente histórico, a história local recupera o contacto emocional e material que na maioria das vezes está ausente na relação entre o aluno e a História geral”, para cujo estudo e motivação a História local também pode contribuir, nomeadamente por intermédio de um processo de extrapolação:

“O ensino de história local apresenta-se como um ponto de partida para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre educador/educando/sociedade e o meio onde vivem e actuam. O local é o primeiro espaço de actuação do homem, por isso o ensino da história local precisa de configurar também essa proposição a fim de conceder oportunidade a uma reflexão permanente acerca das acções dos que ali vivem como sujeitos históricos e cidadãos.” (César Jungblut, cit. por Kesterling, 2010, p. 2)

Quintas (1992, p. 416) também acentua a importância do estudo da localidade e da sua transposição para uma dimensão nacional e universal:

“É preciso criar um espaço onde o aluno possa pesquisar, descobrir, analisar, viver e reconstruir o momento histórico que está a estudar. Só um estudo profundo da história local o possibilita, pois descobre resquícios das vivências locais do mesmo facto histórico, transpondo-as ao nível nacional e mesmo internacional.”

O Professor Luís Miguel Duarte também não tem dúvidas:

“Nas escolas, qualquer professor de História pode comprovar que é muito mais fácil e produtivo interessar os seus alunos, seja qual for o escalão etário, pela história da terra, da fábrica, da romaria, do que pelos abstractos e desinteressantes debates sobre o feudalismo ou a revolução industrial. o mesmo se passa na Universidade: cadeiras como história Local e cidadania Patrimonial ou História da Cidade do Porto, para falar apenas da realidade que conheço melhor, motivam muito mais os estudantes e dão origem a excelentes trabalhos”. (Lopes, 2004, p. 6)

O seu aspecto formativo merece ser analisado, já que “recolhe e trabalha informações que depois são utilizadas em articulação com os conteúdos

programáticos do ensino da História” (Cosme, 1996, p. 43). Tal como sustenta Cousinet (1950, pp. 113-114):

“A História está, portanto, associada ao trabalho manual, à pintura, ao corte e costura, à expressão mímica e oral, e, assim, reúne um grande número de actividades. No domínio da história local, grandes sínteses foram experimentadas. Em numerosas escolas, muitas turmas foram bem sucedidas na elaboração da história completa da sua comunidade. Confirmou-se que, para o trabalho histórico, as fontes, para empregar a expressão dos historiadores, são os objectos em si, os documentos, as informações fornecidas pelo professor ou pelas pessoas estranhas à escola. A informação contida em cada uma das fontes é, naturalmente, desigual, de acordo com o assunto estudado e os recursos do meio local. A parte relativa às fontes varia conforme os ciclos de escolaridade e a idade dos alunos, (...) enfim, é preciso sair da escola e recorrer ao estudo do meio.”

Sónia Nikitiuk aprofunda esta perspectiva, sublinhando a construção do espaço identitário:

“(...) a história local, se vista como eixo curricular, demonstra ser o local de construção e espaço identitário e facilitador de relações solidárias num mundo planetário e global. Propicia olhar o ontem com os valores de hoje e facilita tornar mais significativos os conteúdos universalmente postos como saberes escolares. Se a história local for vista como estratégia pedagógica propiciará maior inserção na comunidade criando historicidades e localizando professores e alunos dentro da História. Esta postura valoriza o processo de lutas e conquistas sociais dos grupos de referência dos educandos comunidade, além de fazer perceber a existência de diferentes visões sobre os acontecimentos quotidianos e fazer diversas leituras do mundo.” (Fagundes, 2006, p. 142)

Em resumo, tal como afirma Arlete Hofling (cit. por Mattos, 2008, p. 3), a didáctica da História deve “despertar nos alunos a topofilia, o interesse pela história da sua cidade ou da cidade em que moram, a busca de sua identidade e da sua cidadania. Permitirá também reviver o clima de uma época, a saudade de um tempo.”

Aliás, Mattos (2008, p. 3), sublinha mesmo que, através desta participação na reconstrução do seu passado, na preservação da sua memória, “os alunos possam vir a ter um novo olhar sobre as coisas do passado, dar um valor maior às pessoas

mais velhas e a objectos antigos, entendendo o que acontece na actualidade através do que aconteceu no passado, que lhe está mais próximo do que ele imaginou”.

Hofling afirma ainda:

“A reconstrução da história de um local é trabalho amplo, desencadeia um conjunto de forças no imaginário individual e colectivo de todos. A história não existe apenas nos livros, ela é real e viva. A escola pode convidar os avós para conversar com os colegas de seus netos sobre sua infância. ” (Mattos, 2008, p. 4)

Neste contexto, convidar elementos da comunidade para a sala de aula ou abordar temas como, por exemplo, as brincadeiras de rua, pode tornar-se numa estratégia motivadora para a compreensão de outros factos locais respeitantes à religião, à política ou à economia, promovendo uma releitura da história local e estabelecendo as competentes correlações com a história geral. Mais ainda: os alunos ainda terão a possibilidade de aprender a trabalhar em grupo, expondo suas ideias, exercendo o espírito crítico, fomentando novas leituras do mundo e exercitando a autonomia (Mattos, 2008, p. 4).

Nesta espécie de revolução copernicana da aprendizagem, descentrando os protagonistas das grandes proezas para as pessoas comuns e o seu dia-a-dia, envolvendo os costumes da vida quotidiana que esbatem as distâncias relativamente ao passado, os alunos deixam de ver a história fragmentada e passam a vê-la como um todo do qual também fazem parte (Mattos, 2008, p. 4).

Portanto, sabendo-se que a aprendizagem se processa do conhecido para o desconhecido, do próximo para o afastado, do concreto para o abstracto (Marques, 1992, p. 443), também é globalmente aceite que a abordagem na aula de temas relacionados com a comunidade surge como um ponto de partida determinante para a motivação dos alunos, que, com frequência, manifestam dificuldades na abordagem de assuntos distantes no espaço e no tempo, pois, através do contacto directo com os problemas da sua localidade, o aluno pode adquirir uma maior noção da sua importância enquanto actor social de transformação da realidade que o cerca. Aliás, a organização e tratamento dos conteúdos pode e deve assumir uma dimensão interdisciplinar e transdisciplinar. Ou seja, no fundo, trata-se, também, de um modo de preparar o exercício pleno da cidadania e de promover a inclusão

social, através do desenvolvimento do espírito de investigação, do incentivo à defesa do património, da vivência de momentos significativos da história local e da valorização da participação democrática.

Por conseguinte, e em resumo, é múltiplo e variado o leque de potenciais receptores deste projecto investigativo, abarcando professores e alunos, investigadores e curiosos, técnicos camarários envolvidos em trabalhos ou actividades associadas à História Local e, de um modo mais genérico, a comunidade local e regional.

Posto isto, iremos transitar para a 3ª Parte do nosso projecto, na qual, sobretudo, será explorada a metodologia que sustentou a investigação realizada.

3ª PARTE - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Nesta 3ª Parte é rememorada a problemática em tratamento no nosso projecto, recapituladas as perguntas de partida, estabelecidos os objectivos gerais e específicos, apresentado o paradigma metodológico, definidos os métodos e contextualizada a intervenção.

Capítulo 6 - Paradigma metodológico

Perguntas de partida

Se recuarmos ao início do nosso trabalho, verificamos que nos propúnhamos contribuir para uma investigação acerca dos acontecimentos mais representativos da História de Lousada, por intermédio do levantamento de efemérides inscritas ao longo de cada dia do ano, com o intuito de fomentar o conhecimento e valorização do Fundo Local da biblioteca pública.

Neste âmbito, o desenho do projecto “Dia-a-Dia com o Passado, Cronologia da História de Lousada e valorização do Fundo Local” alicerçou a sua estrutura investigativa em três questões orientadoras primordiais:

- 1) Qual o contributo para o conhecimento e valorização do Fundo Local da Biblioteca de um estudo sobre as efemérides da História de uma comunidade?

- 2) Como fomentar a promoção do Fundo Local da Biblioteca de Lousada a partir da divulgação da cronologia da História local?

- 3) Qual o alcance social e cultural de uma experiência científico-pedagógica centrada na valorização de um Fundo Local?

Conquanto norteadoras e até delineadoras de uma certa concepção teórica de projecto, as questões aqui enunciadas visaram, fundamentalmente, a projecção prática das concepções ideológicas que sustentam a materialidade científica da História quando aplicada, como é o caso, a uma realidade distinta daquela que é, por definição, o seu objecto.

Objectivos gerais e específicos

Uma das conclusões a que rapidamente chega um investigador local é que “o que se ignora sobre o passado da sua comunidade é muito mais do que aquilo que realmente se conhece.” (Silva, 1999, p. 389). Ora, também movidos por esta expectativa, o presente trabalho de projecto pretendeu, em última instância, relevar a importância do Fundo Local para a preservação da matriz identitária de uma comunidade. Deste modo, foram elencados os seguintes objectivos gerais:

- a) Promover a valorização do Fundo Local da Biblioteca Municipal.
- b) Contribuir para o reforço da identidade cultural do concelho e da região.
- c) Fomentar e consolidar o gosto pela leitura.

Como objectivos específicos foram elencados os seguintes:

- a) Produzir um arquivo com os factos que marcaram a História do concelho, organizados numa perspectiva cronológica.
- b) Actualizar o Fundo Local da Biblioteca.
- c) Diversificar as abordagens crono-culturais proporcionadas pela utilização, manipulação e divulgação de um Fundo Local.
- d) Aumentar o conjunto de estudos historiográficos sobre o concelho de Lousada.

Deste modo, é sobrelevado papel da biblioteca pública, não apenas completando o ensino dispensado na escola, mas como depositária do acervo da inteligência e da história local, assumindo o papel de detentora das obras que representam a cultura e a história da comunidade, e ajudando a formar o público de hoje e de amanhã (Cirne, s/d, p. 2).

Métodos

De forma a possibilitar uma abordagem padronizada e sistematizada à totalidade do território que constitui hoje o concelho de Lousada, foi recolhido um conjunto vasto de informações pertinentes, que permitiram a criação de uma cronologia da sua evolução histórica, sustentada em datação devidamente comprovada. Para isso, tornou-se indispensável recorrer a uma multiplicidade de fontes onde a memória da presença humana se encontra preservada.

Porém, compreender uma determinada sociedade local expõe-nos perante uma rede de variáveis:

“Num âmbito geográfico delimitado e no domínio da história local, somos sensibilizados por todo um conjunto de fontes documentais de carácter micro-histórico que, aparte a sua procedência diversa, têm a particularidade de se reportarem a uma população comum. Efectivamente, a massa de informação patente na variedade de arquivos locais que podemos enumerar, tem como base de produção a população do local a que esses arquivos respeitam.” (Macedo, 1996, p. 101)

Como refere Abreu (s/d, p. 2),

“A pesquisa documental é uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas; é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação; é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.”

Sabemos que os documentos não materializam a versão integral, indiferente e descomprometida do passado, antes veiculam a perspectiva do seu próprio autor e a representação concedida pelo investigador, com base nos seus conhecimentos e instrumentos disponíveis. Como sustenta Marina Massimi (cit. por Pimentel, 2001, p. 15):

“(…) o documento representa já uma interpretação de factos reais elaborada pelo seu autor e, portanto, não deve ser encarado como uma descrição objectiva e neutra dos fatos. Por outro lado, o valor heurístico e a significação do documento dependem também da acuidade da leitura e do esforço interpretativo do historiador. Este sabe extrair de uma fonte de informações algum conhecimento útil para a compreensão de um aspecto da história humana, sob o ângulo que corresponde ao seu objecto de interesse. É esse interesse que move e orienta continuamente o pesquisador na busca de documentos.”

Finalmente, considera-se a definição de documento estabelecida pelo International Institute for Intellectual Cooperation (Buckland, 1997, p. 3):

“Documento: Qualquer fonte de informação material, susceptível de ser utilizada para consulta, estudo ou como citação. Exemplo: manuscritos, materiais impressos, ilustrações, gráficos, objectos de colecção, etc...”

Na nossa investigação, começámos por examinar, desde logo, o conjunto de obras já editadas sobre a História local, havendo a registar um apreciável número de publicações editadas, quer pela Câmara Municipal de Lousada, quer por iniciativa de alguns estudiosos e investigadores locais. No entanto, as informações necessárias encontravam-se marcadamente dispersas, seja por estas obras, seja por um conjunto vasto de outras publicações. Aliás, constituiu agradável surpresa verificar o largo espectro bibliográfico abordando a realidade histórica do concelho. Sendo certo que a sua esmagadora maioria não se lhe reporta exclusivamente, é igualmente verdade que proporciona informações preciosas e bastante abundantes, nomeadamente para a compilação a que o presente trabalho se propôs.

Aliás, convém também referir que este projecto de investigação não colide com qualquer outro trabalho já encetado, nem com outras investigações em curso. Bem pelo contrário: representa a reunião de elementos e informações disseminados por um leque alargado de fontes, tendo como denominador comum a datação histórica de ocorrências relacionadas, directa ou indirectamente, com o concelho.

O caminho da investigação documental foi desmembrado do modo que seguidamente se explicita.

Numa primeira fase, foi procedida a uma **revisão bibliográfica**. Como refere Sousa (2005, p. 87), apresentou-se com o objectivo de pesquisar o máximo possível de estudos efectuados no campo de investigação a realizar, a fim de ser tomado conhecimento das suas questões, metodologias empregues e conclusões a que chegaram. Por outro lado, tal como salienta H-I. Marrou (1991, p. 73), “a procura das fontes associa-se intimamente à exploração da bibliografia sobre o assunto. Quando se começa um trabalho histórico, importa ler o que já foi escrito

sobre a matéria, e o que lhe está próximo, e de modo geral o domínio em que se inscreve.”

Como ponto de partida procedeu-se, também, a uma **investigação bibliográfica** em todos os livros publicados até à data sobre o concelho, permitindo, desde logo, reunir um importante acervo informativo. Foram igualmente consultadas colecções do “Jornal de Lousada”, fundado em 1907, não apenas porque os jornais constituem “uma fonte ocular da história” (Salvador, 1986, p. 84) e serem “um poderoso instrumento de informação” (Pensato, 1984, p. 169), mas, também, devido ao prévio conhecimento de encerrarem informações preciosas. Com efeito, os periódicos revelaram-se extremamente úteis, pois da sua análise extrairam-se informações que permitiram, designadamente,

“situar os acontecimentos no contexto da época, mesmo a nível de mentalidades, pois são um repositório importante da mundividência de uma época; ver o impacte dos acontecimentos nacionais e internacionais; detectar antecedentes [e] descobrir a resposta e o cariz de que os acontecimentos se revestiram a nível local.” (Ribeiro, 1992, p. 398)

Foram, ainda, examinados diversos documentos disponíveis na Biblioteca Municipal e no Arquivo Municipal de Lousada, designadamente actas camarárias, autos de posse, ocorrências significativas, correspondência, estatísticas, etc., que interessavam para os nossos propósitos.

Outras fontes consideradas foram os arquivos de algumas casas senhoriais mais representativas do concelho. Neste contexto, foram tomados em linha de conta os arquivos da Casa de Rio de Moinhos e da Casa de Vilar, potenciando-se a disponibilidade manifestada pelos respectivos proprietários, ao simplificarem as condições de consulta, registo, recolha e digitalização de documentos.

Do mesmo modo, se procedeu relativamente à documentação constante em vários cartórios paroquiais, tendo como ponto de partida aqueles cujos párocos mais rapidamente desbloquearam as normas de acesso.

Além disso, foram consideradas algumas instituições locais mais relevantes, priorizando-se a pesquisa naquelas cujos membros directivos facilitaram as regras de consulta.

Dentro dos mesmos propósitos, foram, ainda, contactados historiadores locais para a consulta de documentos e recolha de informações significativas.

Com este procedimento procurámos conhecer factos verídicos com a maior objectividade e o menor número de distorções, dentro da situação particular em estudo. Através da **análise documental**, enquanto “operação (...) visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referenciação” (Chaumier, cit. por Bardin, 1995, p. 45), foi efectuado o tratamento da informação contida nos documentos acumulados, com o objectivo de dar forma conveniente e de representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito consistiu no armazenamento sob uma forma viável e a facilitação do acesso ao observador, “de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo)” (Bardin, 1995, pp. 45-46). Estamos, pois, perante uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou banco de dados. Concebemos “dado” enquanto suporte de informação, implicando uma elaboração conceptual dessa informação e no modo de expressá-la que possibilite a sua conservação e comunicação (Flores, 1994, p. 16).

Por intermédio da análise documental foi criado um sistema de indexação, permitindo a classificação em palavras-chave, descritores e índices, ventilando e simplificando o acesso à informação registada através de agrupamentos de documentos e a sua condensação por critérios categorial-temáticos.

Igualmente foi procedida à **análise de conteúdo**, enquanto “técnica de investigação através da qual se viabiliza, de modo sistemático e quantitativo, a descrição do conteúdo da comunicação” (Pardal e Correia, 1995, p. 72). Neste contexto, procedeu-se à concepção de uma ficha bibliográfica para registo das obras consultadas. Foi efectuada uma análise crítica dos documentos no sentido de “controlar a a credibilidade e o valor dos documentos e informações a recolher e dos já recolhidos, bem como a adequação destes à finalidades do projecto” (Calado, 2004, p. 6).

Na análise de conteúdo desenvolvemos um processo de redução de dados, de modo a alcançarmos elementos manipuláveis e a podermos estabelecer relações e

obter conclusões. Desta forma, efectuámos a separação dos dados em unidades relevantes e significativas (Calado, 2004, p. 8).

Ao privilegiarmos o uso de documentos quisemos, também, resgatar um conjunto de informações e “ampliar o entendimento de objectos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (Sá-Silva, 2009, p. 1), acrescentando a dimensão do tempo à compreensão do social:

(...) o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da actividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de actividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, cit. por Sá-Silva, 2009, p. 1).

Quer durante a revisão da literatura, quer no decurso da pesquisa bibliográfica foram sendo elaboradas fichas bibliográficas e de conteúdo, divididas em quatro tipos: transcrições textuais, contendo trechos significativos da obra ou a sua referência quando a obra se encontrava em cópias anexas; síntese, sumariando as ideias ou conclusões principais do autor; reflexão, contendo observações pessoais e aspectos críticos; e referências, remetendo para documentos ainda não devidamente analisados, mas importantes para estudos futuros.

Todavia, a investigação não podia, naturalmente, limitar-se aos textos escritos, dada a existência de outras fontes passíveis de concederem importantes contributos.

“A história de uma localidade – escreve Arnould – faz-se, em primeiro lugar, com textos escritos, mas, paralelamente à documentação escrita, há outras fontes que podem e devem ser examinadas pelo autor de uma monografia local, se pretender proporcionar um quadro completo, ligando a situação presente a todos os seus antecedentes históricos.” (Pensato, 1984, p. 18)

Daí terem sido consideradas outras procedências igualmente determinantes. Foi o caso da **pesquisa epigráfica**. Deste modo, foi efectuada uma recolha de

informações relacionadas com as epígrafes susceptíveis de proporcionarem conteúdos enquadráveis nesta proposta de investigação, sendo, neste âmbito, contemplados campos epigráficos tão distintos como aqueles proporcionados pelas lápides funerárias de alguns dos actuais cemitérios existentes no concelho de Lousada, bem como as pedras de sagração e/ou memorativas que subsistem em igrejas, capelas, cruzeiros, alminhas e noutros monumentos, edifícios e equipamentos dignos de registo. Para o efeito, foi também concebida uma ficha apropriada.

No que aos cemitérios diz respeito, tratou-se de uma abordagem de particular utilidade. Tal como refere Almeida (2008, p. 637):

“A visita aos cemitérios é muito útil nos seguintes aspectos: comparação entre a cidade dos mortos e a cidade dos vivos; a disposição das campas e dos jazigos, a sua monumentalidade e decoração, as famílias mais destacadas e as menos, as datas de morte e os nomes completos dos falecidos ajudarão a elaborar as árvores genealógicas(...).”

A recolha de elementos a partir da **web** também se tornou indispensável. Foram considerados os sítios da internet que oferecessem maior grau de fidedignidade (situando-se, neste contexto específico, o portal da geneall.net), nomeadamente tendo por base o reconhecimento do autor, a credibilidade da fonte e um alargado cruzamento aleatório com outros dados já recolhidos.

Finalmente, procedeu-se à realização de algumas **entrevistas** tendo em vista o levantamento da **memória oral**, nomeadamente junto da população mais idosa do concelho, de curiosos, conhecedores e estudiosos da história local, com informações relevantes para esta investigação. Para este efeito, foi elaborado um guião-tipo de entrevista. Com este procedimento, procurámos cumprir o recomendado por Pensato (1984, p. 14):

“(...) o estudo histórico-territorial, à semelhança de tipo global, obriga ao uso contemporâneo de métodos, técnicas, instrumentos e fontes díspares e não pode prescindir, ao mesmo tempo, da consideração de factores de mudança, de movimento, e em seguida da comparação, essencial para a plena compreensão dos fenómenos e dos eventos (...).”

No levantamento documental estiveram presentes duas balizas cronológicas. Uma, à partida indefinida, procurava situar o acontecimento mais remoto cronologicamente datado, acabando por se fixar em 1 de Junho de 572, data da realização do 2º Concílio de Braga, no qual participou Viator, Bispo de Meinedo. Outra baliza, já prévia e intencionalmente fixada, foi 12 de Dezembro de 1976, data da realização das primeiras eleições autárquicas. Esta última opção assentou em três clarividências. Por um lado, pela necessidade objectiva de estabelecer um limite temporal; por outro, porque situada já na história contemporânea; finalmente, porque as primeiras eleições para as autarquias locais – consequência da revolução do 25 de Abril, que lhe esteve na génese – representaram uma clivagem na vida do concelho. Com efeito, a instauração do poder local democrático fomentou transformações radicais e sem paralelo a nível de equipamentos sociais, escolarização, fomento económico, participação dos cidadãos na vida pública e exercício da cidadania, daí resultando uma sucessão de acontecimentos e realizações que despoletaram um processo de desenvolvimento sem paralelo, sendo, portanto, inteligível a linha fronteira entre o antes e o depois. Consideramos, também, não existir distanciamento crítico suficiente para englobar acontecimentos mais próximos no tempo.

“(…) um evento mais próximo no tempo é um facto que ainda se desenrola entre nós. Um episódio que ainda não esgotou as suas ondas de impacto. Daí, certamente, as dificuldades de uma interpretação “fria” académica e a multiplicidade de interpretações políticas. Trata-se de um episódio “quente”, que se desenrola diante dos nossos olhos, e que ainda depende da nossa acção sobre ele.” (Da Matta, 2000, p. 128)

Assumimos, também, a noção segundo a qual “o que o filho deseja esquecer o neto procura recordar” (Lage, 2001, p. 12), ou seja, a construção histórica deriva de contínuos processos de fracturas e encadeamentos, integrando “um certo número de camadas sobrepostas que será útil distinguir, já que intervém no termo de uma longa história, inclusive da sensibilidade em relação ao passado” (Lage, 2001, p. 12).

Outro dos principais problemas que o estudo da comunidade sugeriu encontrou-se configurado nas relações de poder. É notória no nosso trabalho a primazia concedida às elites, condicionando e influenciando a investigação, não obstante a interpelação de Bertold Brecht:

“O jovem Alexandre conquistou as Índias
Sozinho?
César venceu os gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha
Chorou. E ninguém mais?
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos
Quem mais a ganhou?”⁵

Aliás, como Almeida (2008, p. 638), também poderemos perguntar: “Porquê estudar as elites e não o trabalhador rural ou o trolha?” Ela própria concedeu a resposta: “Porque sem dúvida estudar as elites é bem mais fácil do que estudar «os outros»”. Por uma razão óbvia:

“os *ricos* têm muito mais auxiliares de memória do que os *pobres*, assim como deixam muito mais vestígios físicos, que são precisamente os que os distingue, de forma visível, e que cria uma barreira praticamente intransponível entre os grupos, para além de outros capitais, como os títulos académicos e outros” (Almeida, 2008, p. 636”.

Por outro lado, a memória das chamadas classes mais desfavorecidas restringe-se praticamente à dimensão oral, dada a inexistência de suportes materiais transmissíveis:

“Não há geralmente documentos escritos que sirvam de apoio à memória oral. Poucos os objectos ou ouro que se herdou. Não há retratos que permitam reavivar com nitidez a imagem física dos desaparecidos — os que há são das últimas décadas, referindo-se a casamentos ou baptizados. Por isso, dada a escassez ou inexistência de suportes mnésicos, não é de estranhar que as memórias deles sejam restringidas em termos de

⁵ Brecht, B. (s/d). *Perguntas de um Operário Letrado*. In Poemas. Lisboa: Presença, p. 64. Disponível em <http://www.luso-poemas.net/modules/news03/article.php?storyid=173> Consulta efectuada em 30/4/2011.

projectão retrospectiva. Ao esquecimento involuntário há que juntar aquilo que se deseja ocultar: em alguns casos, as pessoas não referem o nome dos pais, pois são filhos «ilegítimos»." (Sobral, 1995, p. 300)

Por outro lado, a casa arrendada dos pais que já não existe ou está irreconhecível, a ausência de objectos comunicáveis por não serem suficientemente duráveis para passarem de geração (Almeida, 2008, p. 638) e a vida de miséria ajudaram a alicerçar uma memória, na maioria dos casos, dolorosa, em claro contraponto com a dos proprietários:

"O mundo dos grandes proprietários é completamente distinto. Desde logo, porque a memória familiar – as recordações reais ou imaginárias de antecessores – é parte fulcral da afirmação da sua proeminência social a nível local e na esfera das suas relações sociais mais amplas, que transcendem em muito as fronteiras da localidade. Depois, porque esta se apresenta objectivada em múltiplos suportes mnemónicos e, além da oralidade, passa pela escrita. Tem maior profundidade em termos retrospectivos e é reforçada pela documentação existente nos arquivos oficiais ou na sua posse. A abundância de referentes da memória vai de par com o investimento que colocam na preservação da sua presença e da própria recordação familiar." (Sobral, 1995, p. 302)

A acrescentar ao elevado capital material dos grupos sociais mais privilegiados, subsiste uma forte tradição de oralidade, estimulada e cultivada nos momentos de sociabilidade, em que os antepassados continuam a ser evocados, numa rememoração de acontecimentos que preserva e transmite o passado e as memórias familiares e de grupo (Almeida, 2008, p. 637). Por conseguinte, a abundância de referentes da memória caminha paralelamente com o investimento colocado na preservação da sua presença e da própria recordação familiar (Sobral, 1995, p. 302).

Recolhidos, então, os elementos considerados pertinentes para o nosso projecto, caminhámos com a concepção de que nada possui, *a priori*, significado próprio. A realidade é múltipla e advém de um processo construído socialmente, pelo que as suas significações e representações estão intimamente relacionadas com as experiências e percepções dos agentes sociais. Por isso, não valerá a pena determos muito acerca da objectividade histórica. Por dois motivos. Em primeiro lugar

porque não é admissível exacerbar as virtualidades locais, pois não são demonstráveis. Tal como refere o Professor Luís Miguel Duarte,

“não é intelectualmente honesto acreditar que a nossa terra é melhor do que as outras, porque é mais antiga, porque tem mais e melhores monumentos, mais vetusta nobreza (...), porque os ares são mais puros, o vinho mais aromático, a terra mais fértil, as gentes mais virtuosas” (Lopes, 2004, pp. 5-6).

Por outro lado, pelo problema da objectividade em si:

“Afirma-se, muitas vezes que a história escrita nunca pode ser objectiva; mesmo que seja possível vencer as tendências pessoais do historiador (do que duvidamos), continua a ser inevitável que tudo quanto se escreve, seja relativo aos gostos, aos costumes, aos preconceitos do momento criador. No pior dos casos, não há dois historiadores de acordo sobre o que realmente aconteceu; no melhor dos casos, o acordo de uma geração não logra sobreviver na geração seguinte”. Gardiner (2008, p. 403)

No entanto, não poderemos, também, deixar de salientar que a condução do trabalho para uma viagem na História se realizou a partir de um olhar do presente. É a nossa época que nos influencia e determina, que categoriza as relevâncias, que configura as perspectivas, que norteia as conclusões. Quando Lucien Febvre, consagrando a célebre expressão de Benedetto Croce, afirmava que “toda a história é contemporânea”, estava, afinal, a reconhecer que as leituras e interpretações se realizam à luz da nossa perspectiva de espacialidade e temporalidade. Como salientou (Barros, s/d, p. 26), “sempre escrevemos a partir dos olhares possíveis da nossa época, e necessariamente escreveremos não só sobre aquilo que da nossa parte consideramos relevante, mas também sobre aquilo que tem relevância para os nossos próprios contemporâneos”.

Relativamente à inventariação, os acontecimentos foram sendo distribuídos por registos ao longo de cada dia do ano, de modo a perfazerem um total de 366 entradas, correspondentes à totalidade dos dias de um ano bissexto. Em cada dia, os acontecimentos foram elencados igualmente por ordem cronológica.

Durante e após o trabalho de campo, os dados recolhidos foram alvo de um tratamento padronizado, nomeadamente através do recurso à fotografia (digital, diapositivo e/ou negativo colorido), à digitalização dos documentos – sempre que justificado e com a competente autorização – e ainda ao registo informatizado, em base de dados criada para o efeito, de todos os dados recolhidos.

Procurou-se sistematizar o máximo de informações recolhidas, no propósito de integrar o maior número possível de dados já publicados por outros autores, o que permitiu, também, articular dados documentais, corrigir erros ou colmatar lacunas que, de outro modo, dificilmente seriam preenchidas.

Na apresentação de personalidades, valorizou-se a sua data de nascimento, por representar uma porta de entrada para a vida pela qual se vieram a notabilizar – e só por insuficiência de elementos se optou pela data de baptismo, de casamento ou de falecimento, embora estas duas últimas foram também consideradas enquanto referências significativas por aquilo que o próprio evento representou.

Procurou-se, ainda, que as ocorrências inscritas abarcassem a totalidade das freguesias do concelho.

Constituindo o concelho de Lousada o recorte geográfico estabelecido, não ficámos, contudo, manietados a essa quadratura institucional, sempre que alguma ocorrência justificou a libertação desse espartilho. Por exemplo, a importância da fundação do Mosteiro de Pombeiro, a influência da poderosa família dos Sousões ou a instituição de corpos administrativos de poder local ou regional – cujas repercussões para o concelho foram notórias – constituíram determinantes históricas que nos impeliram, por vezes, a contornar a ancoragem geográfica, proporcionando maior fluidez ao campo historiográfico. Sem frisar o facto de as localidades serem, hoje em dia, também territórios globais.

Por conseguinte, procurámos ser sempre exigentes e criteriosos, quer na recolha, quer no tratamento e sistematização da informação, na convicção de estarmos a contribuir para uma investigação credível, ao serviço da Biblioteca Municipal, da História Local e da nossa comunidade.

CONCLUSÃO

“... Carlos Magno – e agora o que ocorre dizer sobre a memória...?
Alcuíno – Que mais posso dizer senão repetir as palavras de Marco Túlio?
A memória é a arca de todas as coisas...”
*De Rethorica – Alcuíno*⁶

Deve constituir missão dos arquivos e das bibliotecas a recolha sistemática de documentos antigos ou contemporâneos, bem como a sua competente conservação, registo, digitalização e edição, contemplando aspectos e ocorrências da vida local ou regional, e que, para além dos tradicionais domínios da história ou da literatura, conceda particular atenção aos objectos e aos indivíduos. Na verdade, enquanto actores e sujeitos políticos, económicos, culturais e sociais, homens e mulheres vivendo múltiplas temporalidades e diferentes experiências, ajudaram a fortalecer a consciência histórica, o sentimento de pertença e de identidade, elementos basilares para a formação da cidadania de uma sociedade democrática. Por outro lado, com esse trabalho resgata-se a história do lugar e com ele se ajuda a promover a acção dos indivíduos como cidadãos actuantes na sua comunidade, pois o conhecimento do meio local constitui um instrumento determinante para a participação cívica e a inclusão social.

O Fundo Local caracteriza-se pela sua grande variedade, abrangência e especificidade. Variedade, por constituir um centro de recursos com uma multitudinária constelação documental; abrangência, por estar direccionado para responder às solicitações da maior diversidade de utilizadores, e especificidade, devido à vasta gama de suportes que o integram.

Com efeito,

⁶ Acedido em 3/5/2011. Disponível em
http://jmir3.no.sapo.pt/Ebook2/Jacques.Le.Goff_Memoria.pdf

“O Fundo Local assume uma importância fulcral enquanto colecção e processo potenciador do desenvolvimento e integração das populações, reafirmando o valor próprio da conservação e divulgação da memória local (e esta é uma das tradições que caracterizam as bibliotecas públicas dos países latinos e não há razão objectiva alguma para a renegar) e a utilidade da informação corrente dos mais diversos tipos.” (Nunes, 2001, pp. 4-5).

Neste contexto, a biblioteca surge como “centro de formação e fonte de conhecimento, (...) com alta função educativa e todo o bibliotecário é, por isso, um educador” (Cruz, 1959, p. 15). Por outro lado, o trabalho das bibliotecas municipais, no tocante ao livro e à leitura, passa pela luta contra a predominância da cultura visual massificada, “tarefa particularmente árdua num país cuja maioria da população, por força do atraso estrutural, emergiu tardiamente do analfabetismo para se precipitar de imediato na atracção pelos meios audiovisuais” (Brasão, 2005, p. 24), reconhecendo-se na televisão um dos principais codificadores do quotidiano, temperando, com o cinema, “uma história em versão novelística, completada com êxitos editoriais em que os factos históricos surgem como ponto de partida para criações literárias, tornando ténue a marca separadora entre a ficção e a realidade, mais se torna pertinente um posicionamento crítico e exigente do leitor” (Lage, 2002, p.).

Mas uma pergunta se impõe fazer: o que tem Lousada de diferente para merecer uma investigação sobre as efemérides que construíram a sua História? O que guarda de importante para justificar um estudo sobre o contributo dessa investigação para a promoção do Fundo Local da Biblioteca? O que apresenta de sugestivo para merecer tão aturado trabalho? A resposta pode ser “tudo” ou então “nada”. Paradoxal, portanto. Ou talvez não. Depende da perspectiva de análise, de quem vê, de quem sente ou de quem estuda, até porque o significado social e a importância académica de um trabalho transportam consigo, invariavelmente, uma noção de relatividade, ditada por uma ancoragem espaço-temporal a que não nos poderemos eximir. Para quem mora em Lousada, para quem aqui nasceu ou se integrou, ganhou raízes ou construiu memórias, é uma terra fascinante: “Apresentar Lousada é, para qualquer um de nós, um prazer. Nem há um único lousadense, digno desse nome, que se não sinta orgulhoso e feliz, sempre que o possa fazer. É que Lousada a todos encanta e cativa.” (Carvalho, 2002, p. 61) Mas, para quem é de fora, será uma terra eventualmente simpática, mas, no fundo, nada

a distinguir das outras (Duarte, in Lopes, 2004, p. 5). É uma terra como as demais. Por isso, realizar um estudo sobre a História de uma localidade por parte de um investigador local incorre numa dupla oscilação. Por um lado, a ligação afectiva, que impele a realização do trabalho com mais entusiasmo, atenção e paixão, onde cada casa, cada rua, cada prédio, cada paisagem, surgem como familiares e simbolicamente muito mais representativas do que para um observador externo, neutro, desapaixonado; e, por outro lado, a necessidade de enquadrar a investigação sob o prisma da objectividade histórica e da honestidade intelectual. Como refere Duarte (2004, p. 6), “a arte reside na habilidade em conjugar o amor que temos à nossa terra com a objectividade com que nos esforçamos por a conhecer melhor e a contar aos outros, sem elogios descabidos nem vaidades provincianas”. O amor à terra pode constituir uma boa razão para a História Local, porque o amor é mais perfeito e mais forte quando se apoia no conhecimento. Quem conhece a História da sua terra, pode amá-la com mais consistência.

Como cada dia do ano transporta consigo uma carga histórica específica, acontecimentos, episódios, histórias que fizeram a História da comunidade, reunir essas ocorrências a partir de um critério cronológico, abrangendo o maior número possível de aspectos da sociedade e do quotidiano, constituiu um desafio difícil, gigantesco, imprevisível: os dados existentes estavam dispersos – por publicações já editadas, por arquivos institucionais e particulares, por inscrições epigráficas, por colecções de jornais –, mas existem ainda muitas fontes por investigar; havia a imprevisibilidade da cooperação dos detentores da informação; havia a pressão do tempo; a sobreposição de compromissos profissionais, pessoais e familiares; não existia nenhum trabalho conhecido efectuado num território com características similares às do concelho de Lousada.

Por outro lado, a bibliografia nacional ou traduzida acerca de fundos locais em bibliotecas é muito escassa, dificultando, acentuadamente, o enquadramento teórico e obrigando a um aturado esforço de procura em manuais estrangeiros, também em número reduzido.

Outra das dificuldades sentidas foi no tocante à pesquisa bibliográfica, sobretudo relacionada com o método de recolha e análise de dados, bem como o tratamento da informação recolhida. Para ultrapassar as dificuldades sentidas, procurámos responder às questões surgidas ao longo do processo, nomeadamente

“o que é um documento?” e “quais os cuidados a ter na recolha e análise de documentos?” Como refere Calado, (2004, p. 12), procedemos à recolha de documentos, em que precisámos de localizar as fontes, de recorrer a uma selecção adequada e de procurar averiguar a sua credibilidade. Numa segunda fase, procedemos ao tratamento da informação, ou seja, à sua análise, a fim de se tornar significativa para a nossa investigação.

Recordemos que o nosso projecto, “Dia-a-Dia com o Passado, Cronologia da História de Lousada e valorização do Fundo Local da biblioteca pública”, desenvolveu-se com base em três questões de partida: determinar o contributo para o conhecimento e valorização do Fundo Local da Biblioteca de um estudo sobre as efemérides da história de uma comunidade; encontrar a forma de fomentar a promoção do Fundo Local da Biblioteca de Lousada a partir da divulgação da cronologia da História local, e descortinar o alcance social e cultural de uma experiência científico-pedagógica centrada na valorização de um Fundo Local.

A importância de um estudo sobre a comunidade local para a valorização do Fundo Local da Biblioteca Municipal ficou bem expressa na reflexão desenvolvida na 1ª parte do nosso trabalho, sobretudo no 1º Capítulo. De facto, trata-se de um contributo determinante porquanto o Fundo Local se deverá apresentar não apenas como elemento verdadeiramente diferenciador e identificador das bibliotecas municipais, como, também, espelho identitário da comunidade. Por outro lado, o crescente interesse pela cronologia e pela História Local, adquirindo uma afirmação cada vez mais representativa, tornam especialmente oportuno e justificado um estudo desta natureza. Aliás, a divulgação de um estudo cronológico configura-se num processo de revalorização de referenciais de proximidade, motivando reflexões sobre memórias e identidades, e promovendo a consolidação da cidadania e da participação cívica. Por outro lado, constitui um contributo para uma revolução pedagógica das aprendizagens, deslocando o pêndulo da História dos grandes protagonistas para o comum da população local, envolvendo os costumes, práticas e acontecimentos da vida quotidiana, permitindo ao aluno alcançar uma maior noção da sua importância enquanto actor social na transformação da realidade que o cerca.

Os objectivos gerais estabelecidos para um projecto destas características (promover a valorização do Fundo Local da Biblioteca Municipal; contribuir para o reforço da identidade cultural do concelho e da região, e fomentar e consolidar o gosto pela leitura) somente poderão ser avaliados num percurso temporal mais dilatado.

Todos os objectivos específicos foram cumpridos, bem patentes na produção de um arquivo com os factos que marcaram a história do concelho, organizados numa perspectiva cronológica; na actualização do Fundo Local da Biblioteca e na diversificação das abordagens crono-culturais proporcionadas pela utilização, manipulação e divulgação de um fundo local.

No entanto, o percurso realizado não esteve isento de dificuldades. Mas, ao mesmo tempo, constituiu um desafio muito interessante, sedutor, inédito: construir a cronologia histórica de uma comunidade – da nossa comunidade – representou um contributo fundamental para a perpetuação da memória local, valorizar a importância das nossas raízes, incentivar à utilização dos recursos disponíveis da Biblioteca e reforçar o seu Fundo Local, contribuir para a sua apropriação democrática pela população.

Podem ser muito variadas as razões que levam o público à apreciação do nosso projecto de investigação. Aprofundamento de histórias familiares, aniversários particulares e coincidências a que podem arrastar, analisar causas e consequências de acontecimentos, pesquisa de factos memoráveis e comemorativos, simples curiosidade, perspectiva lúdica, didáctica ou científica: é ampla a rede que pode ser tecida para contextualizar a importância de um instrumento de trabalho que, pelo seu carácter original e inovador, recolherá, seguramente, frutuosas colaborações, tendo em vista a incorporação de novos elementos, dado estarmos perante uma pesquisa necessariamente incompleta. E, de entre as pistas para o futuro, algumas podem, desde já, ser lançadas.

Desde logo, aproveitando a estrutura do trabalho, encontrar mais datações. Recordemos que estamos a falar de uma linha cronológica de quase 1500 anos, pelo que, seguramente, muitas outras efemérides poderão ser registadas. Aliás, os propósitos deste projecto de investigação não apontavam para o esgotamento de todos os registos, não só por ser materialmente impossível, como pela base relativamente circunscrita que um trabalho de Mestrado se afigura.

Outra proposta para o futuro seria destacar a efeméride mais significativa de cada dia, devidamente contextualizada para uma compreensão mais abrangente das circunstâncias que a condicionaram. Na verdade,

“um acontecimento, seja ele qual for, implica um contexto, dado que tem um sentido; ele remete para uma intriga da qual é um episódio, ou melhor, para um número infinito de intrigas; inversamente, pode sempre dividir-se um acontecimento em acontecimentos mais pequenos” (Veyne, 1971, p. 46).

Depois, a elaboração de uma História diacrónica do concelho, não condicionada ao espartilho dos dias, mas exprimindo a fluidez da sequência temporal.

Outra proposta que poderá ser apresentada será integrar o trabalho no ambiente virtual. Na verdade, a elaboração de um CD-ROM contendo informações pormenorizadas, sistemazadas e indexadas da História cronológica do concelho e a criação de uma página na internet com as mesmas informações, passíveis de actualização permanente, e contendo outros registos documentais significativos, podem, igualmente, constituir propósitos futuros.

Por outro lado, a organização de uma bibliografia da História de Lousada. Já foi aqui destacada a multiplicidade de obras pelas quais se dispersam as referências historiográficas, pelo que a construção de um guião, tendo por base as fichas bibliográficas redigidas por cada consulta, representará, seguramente, um potencial informativo de elevada relevância para futuros trabalhos de investigação. A tentativa de organização de um Fundo Local por freguesia, contida num dos Anexos do nosso trabalho, surge como ponto de partida exemplificativo.

Também a partir dos elementos apresentados neste trabalho poderá ser aprofundada uma variedade de aspectos da vida local: o trabalho e o ócio, alimentação e a saúde, o vestuário e a habitação, o regime de propriedade e as relações comerciais, a vida associativa e as práticas empresariais, o quotidiano e o fervor religioso...

Como refere Mattoso (1988a, p. 180), “o estudo do passado local ou regional pode ser extremamente gratificante para quem procure conhecer-se a si próprio e ao mundo a que pertence”. E, de facto, para nós, perfilou-se como um trabalho extremamente enriquecedor, academicamente apelativo, culturalmente determinante e civicamente exemplar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos impressos

[AAVV] (1983). A LEITURA PÚBLICA EM PORTUGAL [Manifesto]. Lisboa: *Cadernos BAD*, 1.

ALMEIDA, M. (2008). Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX. *Análise Social*. Vol. 43.

AMORIM, I. (2006). A reconstrução de um espaço histórico: o concelho de Cambra. *História*, Revista da Faculdade de Letras, 3ª série, vol. 7.

ASSOCIAÇÃO MUSEU-BIBLIOTECA DE LOUSADA. *Estatutos do Museu-Biblioteca de Lousada*. Lousada: s/n, [1983?]. Cap. I, art.s 1º e 2º.

AZEVEDO, R. (org.) (1958). *Documentos medievais Portugueses. Vol. 1 – Tomo 1 – Documentos régios – Documentos dos condes portugueses e de D. Afonso Henriques (1095-1185)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

BARBOSA, P. (1996). *A Universidade e os estudos regionais: realidades e perspectivas*. 2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre – Actas. Lisboa: Associação de Professores de História.

BARDIN, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BARROS, J. (s/d). *O projecto de pesquisa em História: Da escolha do tema ao quadro teórico* (6ª ed.). Petrópolis: Vozes.

BLOCH, M. (1993). *Introdução à História*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

- BRANDÃO, M. e FEIJÓ, R. (1984). Entre textos e contextos. Os Estudos de comunidade e suas fontes históricas. *Análise Social*. Vol. 20 (83).
- BRASÃO, I., DOMINGOS, N. e SANTOS, T. (2005). Bibliotecas Municipais: ao serviço de que públicos? *Le Monde Diplomatique*, ed. portuguesa, nº 79.
- CARDOSO, C. (2010). Bibliotecas, identidade e fundo Local. *Lousada Revista*. Nº 77. Suplemento do Património, nº 11.
- CARVALHO, A. (2002). *Colectânea de autores locais*. Vol. 1. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.
- COSME, J. (1996). *Alguns considerandos sobre a História regional e local durante a Época Moderna*. 2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre – Actas. Lisboa: Associação de Professores de História.
- COSTA, A. (1996). *O Património e o Futuro*. 2º Congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso. Vol. 7. História Local 2. População e Sociedade. Evolução de comportamentos (séculos XVI a XX). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho.
- CRUZ, A. (1959). *Biblioteconomia. Coleção para o povo e para as escolas*, nº 14. Porto: Livraria Tavares Martins.
- COUSINET, R. (1950). *L' enseignement de l' Histoire et l' education nouvelle*. Paris: Presses d' Ile de France.
- DA MATTA, R. (2000). *Relativizando – uma introdução à antropologia social* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Rocco.
- DÍAZ, R. (2006). *La biblioteca pública del siglo XXI: atendiendo clientes, movilizandoo personas*. Gijón: Ediciones Trea.

DINIS, J. (1951). Biblioteca Municipal. *Jornal de Lousada*. 3 de Fevereiro de 1951.

DINIS, J. (1951). Biblioteca Municipal. *Jornal de Lousada*. 14 de Março de 1953.

DINIS, J. (1955). Biblioteca Municipal. *Jornal de Lousada*. 3 de Setembro de 1955.

FLORES, J. (1994). *Análisis de datos cualitativos – Aplicaciones a la investigación educativa*. Barcelona: PPU.

FREIRE, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.

GARDINER, P. (2008). *Poderá a História ser objectiva?* (6ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas.

GEPE/PNL/ME (2009). *A dimensão económica da literacia em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação.

LAGE, M. (2001). O que o filho quer esquecer o neto deseja recordar. *Boletim Informativo NEPS*, nº 18. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade.

LAGE, M. (2002). Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios. *Cadernos NEPS*, nº 4. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade.

LOPES, E. T. (2004). *Lousada e as suas freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

MACEDO, A. (1996). *Arquivos de Família e História Local*. 2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do congresso. Vol. 7. História Local 2. População e Sociedade. Evolução de comportamentos (séculos XVI a XX). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho.

MACHADO, J. (1932). *Últimas gerações de Entre Douro e Minho*. Livro 2. Braga: Edição do autor.

MACHADO, R. (coord.) (2008). *Rota do Românico do Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa – Rota do Românico do Vale do Sousa.

MARKTEST (2010). *Atlas Social de Portugal*. Lisboa: Marktest Consulting.

MARQUES, E. (1992). *História local, património cultural e ensino da História*. Primeiro Encontro sobre o Ensino da História. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MARQUES, R. (1998). *Os desafios da sociedade de informação*. Porto: Asa.

MARROU, H-I. (1991). *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Rei dos Livros.

MATTOSO, J. (1968). *Le monachisme ibérique et Cluny – Les monastères du diocèse de Porto l' an mille à 1200*. Louvain: Université de Louvain.

MATTOSO, J. (1986). História local e regional: que perspectivas? Que objectivos? In *O Estudo da História*. Boletim da Associação de Professores de História, 2ª série, 1.

MATTOSO, J. (1988a). *A escrita da História – teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa.

MATTOSO, J. (1988b). *Identificação de um país – Ensaio sobre as origens de Portugal (1096 – 1325)*. Vol. 1 – Oposição (3ª ed.). Lisboa: Presença.

MENDES, J. (1996). *Para uma nova História local com empresas e empresários*. 2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do congresso. Vol. 6. História Local 1. Idade média, séculos XIII-XV, Época contemporânea. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho.

MOREIRA, A. e PEDROSA, A. (2004). *As grandes datas da História de Portugal*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias.

MOREIRA, D. (1963). Enquadramento onomástico de "Meinedo" (Lousada). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 34.

MOURA, A. S. (2008). *Lousada Antiga: Das origens à primeira República. 1ª parte: Do concelho*. Lousada: ed. do autor.

NICHOLS, H. (1979). *Local studies librarianship*. London: Clive Bingley.

NÓBREGA, A. V. O. (1959). *Pedras de armas do concelho de Lousada*. Porto: Junta de Província do Douro Litoral.

NUNES, H. B. (1989). A biblioteca e a memória da vida local. *Separata do Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, nº 9.

NUNES, H. B. (1996). *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. Braga: Autores de Braga.

NUNES, M. B. (2001). *Para um acesso democrático às colecções de carácter local: o papel da biblioteca pública*. Comunicação apresentada na "Jornada de reflexão sobre fundos locais em bibliotecas públicas e centros de documentação", Loures, 25/11/2001. Documento policopiado.

NUNES, M. B. (2007). "Navegar é preciso: A biblioteca pública entre o real e o virtual". In Calixto, José António (coord). *Biblioteca para a vida: literacia, conhecimento, cidadania*. Évora: Colibri; CIDEHUS; Biblioteca Pública de Évora.

NUNES, M., SOUSA, L. e GONÇALVES, C. (2008). *Carta arqueológica do concelho de Lousada*. Lousada: Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada.

NUNES, M. B. (2010). Bibliotecas Públicas e Território: A importância do fundo local num mundo globalizado. *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, nº 44.

OLIVEIRA, A. (2006). *Duas torres senhoriais no Vale do Sousa*. Lordelo: Fundação A Lord.

PARDAL, L. e CORREIA E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal.

PENSATO, R. e MONATANARI, V. (1984). *Le fonti locali in biblioteca*. Milano: Editrice Bibliografica.

PIMENTA, A. (org.) (1942). *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa. Índices dos Documentos de Arquivo*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

PINTO, M. (2002). *Práticas educativas numa sociedade global*. Coleção Horizontes da Didáctica. Porto: Asa.

PIZARRO, J. (1997). *Linhagens medievais portuguesas – genealogias e estratégias (1279-1325)*. 2 vol.s. Porto: ed. de autor (documento policopiado).

PLANETA VIVO (coord.) (2008). *Terras do Sousa – natureza rural*. Felgueiras: Ader-Sousa.

REBELO, C. (2004). *A História dia-a-dia*. Lisboa: Didáctica.

REDE SOCIAL DE LOUSADA (2009). *Diagnóstico estratégico e prospetivo*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada (documento policopiado).

RIBEIRO, J. (1992). *Os jornais regionais e o ensino da História*. Primeiro Encontro sobre o Ensino da História. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- SALVADOR, A. (1986). *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina.
- SILVA, F. (1999). História local: objectivos, métodos e fontes. In M. Barroca (coord.). *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SILVA, I. e MONTEIRO, I. (2008). *Lousada: percursos de memória*. Paredes: Câmara Municipal de Lousada e Reviver.
- SILVA, M. (2000). *Nobiliário das gerações de Entre Douro e Minho*. 1º vol. Ponte de Lima: Carvalho de Basto.
- SOBRAL, J. (1995). Memória e identidades sociais – dados de um estudo de caso num espaço rural. *Análise Social*. Vol. 30.
- SOTTO-MAYOR, O. (1951). Biblioteca pública. *Jornal de Lousada*. 3 de Março de 1951.
- SOTTO-MAYOR, O. (1951). Biblioteca pública. *Jornal de Lousada*. 13 de Outubro de 1951.
- SOUSA, A. (2005). *Investigação em educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUSA, J. (2000). *Pelourinhos do distrito do Porto*. Viseu: ed. do autor.
- TAVARES, A. (1996). *A criação do Registo Civil e as fontes para o estudo da Mobilidade*. 2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do congresso. Vol. 7. História Local II. População e sociedade. Evolução de comportamentos (séc. XVI a XX). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho.

VEYNE, P. (1971). *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70.

VILAR, E. (2010). Lousada e o serviço público de leitura. *Verdadeiro Olhar*. 5 de Novembro de 2010.

Documentos electrónicos

ABREU, S. (s/d). *Pesquisa e análise documental*. Acedido em 9/3/2011. Disponível em <http://www.unievangelica.edu.br/gc/imagens/noticias/1817/file/01.pdf>

BUCKLAND, M.K. (1997). *What is a "document"?* JASIS. Acedido em 28/4/2011. Disponível em <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>

BURCH, S. (s/d). *Sociedade da informação, sociedade do conhecimento*. Acedido em 19/4/2011. Disponível em <http://vecam.org/article519.html>

CALADO, S. e FERREIRA, S. (2004). *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Metodologia de Educação I, 2004/2005. Lisboa: Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Acedido em 2/4/2011. Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>

CIRNE, T. (s/d). *A biblioteca pública: da história à transformação social*. Acedido em 30/4/2011. Disponível em <http://www.artigos.etc.br/a-biblioteca-publica-da-historia-a-transformacao-social.html>

CORDOVA, M. (s/d). *Identidade regional e representação social na perspectiva do consenso*. Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG (Brasil). Acedido em 6/11/2010. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Maria_Julieta_Weber_Cordova_artigo.pdf

DECLARAÇÃO DO MÉXICO (1985). *Conferência mundial sobre políticas culturais*. Cidade do México: ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Acedido em 30/4/2011. Disponível em http://www.icomos.org.br/cartas/Declaracao_do_Mexico_1985.pdf

FAGUNDES, J. (2006). *A História local e o seu lugar na História*. Tese de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acedido em 30/4/2011. Disponível em http://btdtd.bczm.ufrn.br/tesesimplificado//tde_arquivos/9/TDE-2007-07-18T055646Z-775/Publico/JoseEF.pdf

BATISTA, A. (s/d). *História local, ensino e pesquisa*. Acedido em 1/10/2010. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2537-8.pdf?PHPSESSID=2010020510002659>

GARCIA GUTIÉRREZ, A. (2009). Localizar la memoria. *I/C – Revista Científica de Información y Comunicación*. Nº 6.

IASL (s/d). *Declaração Política do IASL sobre Bibliotecas Escolares*. Acedido em 19/4/2011. Disponível em http://www.rbe.min-edu.pt/np4/?newsId=74&fileName=iasl_declaracao.pdf

JARDIM, A. (2007). *Lugares de leitura: O público adulto nos projectos das bibliotecas municipais de Oeiras*. In *Leitura(s)*. Nº 1. Coleção Públicos. Filipe Leal (coord.). Porto: Setepés. Acedido em 1/5/2011. Disponível em [http://www.setepes.pt/Portals/0/SetePesEdicoes/Colec%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblicos%20-%20Leitura\(s\).pdf](http://www.setepes.pt/Portals/0/SetePesEdicoes/Colec%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblicos%20-%20Leitura(s).pdf)

KESTERLING, J. (2010). *A vez daqueles que nunca tiveram voz: Reflexões sobre a história local no ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental*. Acedido em 5/5/2011. Disponível em

http://www.unianhanguera.edu.br/storage/web_aesa/portal_institucional/bibliotecas/biblioteca_virtual/publicacoes/a_vez_daquele.pdf

LIMA, (s/d). *O território da Anégia e a organização administrativa e militar do curso terminal do Douro (séc. IX-XII)*. Acedido em 31/3/2011. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3194.pdf>

Manifesto da Unesco Sobre Bibliotecas Públicas. Acedido em 7/10/2010. Disponível em <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>

MATTOS, R. (2008). *A História local em Araranguá*. Acedido em 1/5/2011. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/7178/1/Historia-Local/pagina1.html#ixzz1LglG05pw>

MELRO, M., AZEVEDO, C. e RIBEIRO, N. (s/d). *Biblioteca digital em contexto universitário: o caso da Universidade Fernando Pessoa*. Acedido em 17/4/2011. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/440/1/118-127FCHS04-6.pdf>

MENDES, J. (2000). *História local e memórias: do estado-nação à época da globalização*. Revista Portuguesa de História. 34. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de História Económica e Social. Acedido em 16/4/2011. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/12801/1/Jos%C3%A9%20M.Amado%20Mendes%2034.pdf>

MSI (1997). *Livro Verde para a sociedade da informação em Portugal*. Acedido em 20/4/2011. Disponível em <http://www2.ufp.pt/~lmbg/formacao/lvfinal.pdf>

PIMENTEL, A. (2001). *O método da análise documental numa pesquisa historiográfica*. Acedido em 18/3/2011. Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>

REZENDE, L. (s/d). *O processo de alfabetização em informação inserido em projetos de inclusão digital: uma análise crítica*. Acedido em 1/5/2011. Disponível em http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/LauraRezende.pdf

RIBEIRO, C. (s/d). *As ciências documentais e a construção da web semântica*. Acedido em 4/4/2011. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5531.PDF>

RODRIGUES, A. (2010). *A importância da biblioteca escolar para a literacia da informação. As bibliotecas escolares do 2º e 3º ciclos do distrito de Bragança*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Acedido em 20/4/2011. Disponível em https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1682/1/DM_10263.pdf

ROSA, H. (s/d). *História oral e micro-história: Aproximações, limites e possibilidades*. Acedido em 29/10/2010. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Helena%20Rosa.pdf>

RUIZ, O. (s/d). *Manuel Castels e a "era da informação"*. Acedido em 20/4/2011. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/internet/net16.htm>

SÁ-SILVA, J., ALMEIDA, C. e GUINDANI, J. (2009). *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Nº 1. Acedido em 4/2/2011. Disponível em http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf

SILVA, F. R. (1999). *História local: objetivos, métodos e fontes*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Acedido em 20/2/2011. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8247/2/3226.pdf>

SILVA, L. (2004). *A importância do estudo da história regional e local no ensino fundamental*. Anais do III encontro estadual de História: poder, cultura e diversidade – ST 04: História e Educação: sujeitos, saberes e práticas.

Acedido em 21/4/2011. Disponível em

[http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh III/luis carlos.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh%20III/luis_carlos.pdf)